

Beatriz Bueno Machado Rodrigues Torres

Tradução de textos clássicos latinos: uma reflexão linguística



Beatriz Bueno Machado Rodrigues Torres

Tradução de textos clássicos latinos: uma reflexão linguística

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Língua

Orientadora: Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira

Co-orientadora: Giovanna Longo

Bolsa: CAPES

Araraquara - SP
2020

Torres, Beatriz Bueno Machado Rodrigues
Tradução de textos clássicos latinos: uma
reflexão linguística / Beatriz Bueno Machado
Rodrigues Torres – 2020
89 f.

Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Anise de Abreu Gonçalves D'Orange
Ferreira

Coorientador: Giovanna Longo

1. Latim. 2. Linguística. 3. Tradução. 4.
Equivalência. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BEATRIZ BUENO MACHADO RODRIGUES TORRES

Tradução de textos clássicos latinos: uma reflexão linguística

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Língua

Orientadora: Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira

Co-orientadora: Giovanna Longo

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 08/05/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Co-orientadora: Profa. Dra. Giovanna Longo
UNESP.

Membro Titular: Prof. Dr. João Batista Toledo Prado
UNESP.

Membro Titular: Profa. Dra. Charlene Martins Miotti
UFJF.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*À memória do meu avô, Prof. Dr. Paulo Eduardo de Abreu Machado,
que dedicou uma vida inteira à pesquisa e ao ensino de excelências da
Universidade Pública.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Anise, minha orientadora neste trabalho, pela confiança e oportunidade.

À Professora Giovanna, minha co-orientadora neste trabalho, por todos os momentos de dedicação desde o meu primeiro ano da graduação, pelos inúmeros ensinamentos e pela amizade que guardarei para sempre.

Aos professores João Batista Toledo Prado e Matheus Nogueira Schwartzmann pela leitura atenta e pela arguição no Exame de Qualificação.

Aos meus pais, José Augusto e Ana Paula, pelo apoio incondicional.

Ao meu irmão, Pedro, e à minha avó, Eide, pela torcida de sempre.

Ao Matheus, por tudo, e, principalmente, pela parceria mais genuína.

Aos meus professores, por todos os ensinamentos, que nunca se limitaram à sala de aula.

À Universidade Pública, pelo ensino de excelência e por me proporcionar um crescimento único como ser humano, ao me apresentar realidades tão diversas, graças às quais eu pude aprimorar o meu olhar para o outro.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

O saber apresenta-se por si mesmo como um obstáculo ao delírio da onipotência do dinheiro e do utilitarismo. É bem verdade que tudo se pode comprar. [...]. Mas não o conhecimento: o preço a ser pago para conhecer é de outra natureza. Nem mesmo uma assinatura num cheque em branco poderá nos dar a permissão de adquirir mecanicamente aquilo que é fruto exclusivo de um esforço individual e de uma paixão que não se esgota. Resumindo, ninguém, senão nós mesmos, poderá realizar o cansativo percurso que nos permitirá aprender.

Ordine, 2016, p.16

RESUMO

A leitura do texto clássico latino é um dos principais objetivos daqueles que se dedicam ao estudo da língua materna dos antigos romanos. Além de ler esses textos, compreendidos como objetos de significação, únicos em sua forma de expressar a cultura, pode também o especialista se dedicar a não menos importante tarefa de divulgar a cultura clássica àqueles que não dominam o idioma. A tradução torna-se, assim, uma atividade de destaque, na medida em que se constitui uma importante forma de conservação e transmissão da herança linguística, literária e cultural legada pela civilização romana. A prática tradutória é muito presente na Área dos Estudos Clássicos, assim como trabalhos acadêmicos que a têm como objetivo e versam sobre o tema. Entretanto, um levantamento bibliográfico de estudos realizados nessa área indica que a maioria destes trabalhos são desenvolvidos no campo dos estudos literários, tratando de questões referentes a literariedade do texto clássico, mas carecendo de uma reflexão sobre a linguagem que se pautem de modo mais aprofundado na teoria linguística moderna. Tomando, a partir de Brodsky (1994, p. 86), a concepção de tradução como “a procura de um equivalente, e não de um substituto”, propõe-se empreender uma reflexão sobre a tradução de textos latinos, tendo como base os conhecimentos fornecidos pela teoria moderna da linguagem, em especial por Saussure e Hjelmslev, com vistas a compor a discussão sobre o tema na Área de Clássicas. O conceito saussuriano de valor ganha protagonismo para pensar sobre a noção de equivalência em tradução, de uma perspectiva linguística. Volta-se, ainda, a estudos da Área da Tradução para compreender de que forma essa ideia de equivalência é tratada pelos autores. A concepção de leitura também se torna essencial na medida em que se considera que toda tradução pressupõe uma leitura. Para tratar deste tema, retoma-se, especialmente, estudos de Eco que discutem a abertura da leitura e o papel do leitor. A proposta do trabalho, enfim, consiste em compreender a noção de equivalência em tradução à luz do conceito saussuriano de valor, bem como fazer da reflexão desenvolvida um conhecimento transferível de modo que possa servir de base para o encaminhamento de questões voltadas para o ensino de tradução de textos clássicos em sala de aula.

Palavras – chave: Latim; Linguística; Tradução; Equivalência

ABSTRACT

Reading classical Latin texts is one of the main objectives of those who study the ancient romans native language. Besides reading these texts, understood as signification objects, unique in their way of express the culture, specialists can also dedicate themselves to the no less important task of disseminating the Classical Culture to those who do not dominate the language. The translation becomes, thus, a prominent activity, as far as it is an important way of conservation and transmission of linguistic, literary and cultural heritage bequeathed by the Roman civilization. The translation practice is very present in the field of Classical Studies, as well as academic works that have it as an objective and, for that reason, deal with the theme. Nonetheless, a bibliographic survey of studies carried out in this Area indicates that the most of these works are based on literary studies, dealing with the literary aspects of the classical text, but lacking a reflection about language that address more deeply the modern language theory. Taking Brodsky (1994, p.86) translation concept as “the pursuit of an equivalent, not a substitute”, it is proposed to reflect upon classical Latin texts translation, considering the knowledge provided by the modern language theory, mainly by Saussure and Hjelmslev, in order to integrate the discussion about the theme in the field of Classics. The saussurian concept of value is in the spotlight to think about the notion of equivalence in translation, from a linguistics perspective. The translation studies are invoked to comprehend in what way this idea of equivalence is treated by the authors. The reading concept also becomes essential for the discussion, as far as it is considered that every translation assumes a reading. To reflect upon this theme, Eco’s studies that discuss the reading openness and the reader role are considered. The proposition of this work, at last, is to comprehend the equivalence notion in translation, considering the saussurian concept of value, as well as making the reflection developed a transferable knowledge so that it is able to address questions regarding classical text translation teaching in a classroom environment.

Keywords: Latin. Linguistics. Translation. Equivalence.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Capítulo I – Compreensão do latim.....	12
2.1.Universo humano: linguagem e cultura.....	12
2.2.O objeto <i>língua</i>	14
2.3.Latim: a língua materna da Roma Antiga.....	16
2.4.Os textos latinos: herança linguística, literária e cultural.....	21
3. Capítulo II – Linguística e Tradução.....	25
3.1. Estudos tradutórios e a ciência linguística: aproximações e distanciamentos....	25
3.1.1. A tradução em diferentes abordagens linguísticas.....	25
3.1.2. A tradução de textos literários: diferentes concepções.....	28
3.1.3. A noção de equivalência em tradução.....	33
3.2. Fundamentos da teoria da linguagem.....	39
3.2.1. Considerações sobre as noções de forma e substância.....	39
3.2.2. Significação e valor.....	41
3.2.3. Os sistemas semióticos e o texto verbal.....	45
3.3. A tradução do texto clássico latino à luz da teoria da linguagem.....	50
3.3.1. Uma concepção linguística de tradução.....	50
3.3.2. Leitura e tradução.....	53
3.3.3. A equivalência em tradução à luz do conceito saussuriano de valor.....	58
4. Capítulo III – A reflexão aplicada: exemplos de encaminhamento para a sala de aula.....	62
5. Conclusão.....	79
6. Referências Bibliográficas.....	82

1. INTRODUÇÃO

O latim é uma língua sem falantes naturais vivos. Por essa razão, o único meio de acessá-la são os registros escritos legados pelos antigos romanos. Nesse contexto, o desenvolvimento da competência receptiva, ou competência de leitura, é uma exigência preponderante na formação do especialista em latim. Em outras palavras, a leitura do texto clássico latino torna-se um dos principais objetivos daqueles que se dedicam ao estudo da língua materna dos antigos romanos. Mas, além de ler esses textos, enquanto objetos de significação, únicos em sua forma de expressar a cultura, pode também o estudioso dessa língua se dedicar a não menos importante tarefa de divulgar a cultura clássica àqueles que não dominam o idioma, mas devem ter assegurado o direito de conhecer essas obras que, conforme observa Lima (2000, p.8), constituem à humanidade “alguns dos documentos mais representativos da sua capacidade criadora”. Uma das formas de se fazer isso, que se destaca no contexto da formação do especialista em Letras Clássicas, é, sem dúvida, por meio da tradução.

A leitura de um texto escrito em língua latina não pode prescindir de uma primeira etapa de decodificação e compreensão linguística, em que se busca transpor os componentes léxico e morfossintáticos do latim para o português, cujo resultado é um texto em vernáculo o mais literal possível. Essa prática, no entanto, por permitir apenas a compreensão superficial, contudística, do texto latino, não pode ser confundida com uma tradução propriamente dita.

Entende-se que um texto e os sentidos por ele engendrados vão muito além do que as estruturas morfossintáticas e os conteúdos lexicais permitem compreender, o que se torna ainda mais evidente quando se está diante de textos literários. A tradução propriamente dita, que constitui o objeto do presente trabalho, envolve a compreensão de que a significação se constrói em diferentes níveis, que transcendem o linguístico e que constituem o texto latino enquanto objeto. E aquela prática de transposição escolar voltada para estabelecer uma primeira leitura não dá conta da compreensão do texto nessa dimensão mais ampla.

De fato, a discussão sobre tradução é muito presente na Área de Estudos Clássicos, seja em sala de aula, seja em trabalhos acadêmicos. Entretanto, um breve levantamento dos trabalhos que versam sobre tradução na área de Letras Clássicas nos últimos anos permite constatar que a maioria deles tem se desenvolvido no campo dos estudos literários, tratando de questões referentes à literariedade do texto clássico, mas carecendo de uma reflexão sobre a linguagem que se paute de modo mais aprofundado pela teoria linguística moderna.

Seguindo uma proposta mais ampla de atualização dos estudos latinos, pautada nos estudos de Alceu Dias Lima sobre a língua latina, em que se sustenta a necessidade confrontar os antigos conhecimentos, no caso, de latim, com os novos princípios, no caso, aqueles fornecidos pela teoria moderna da linguagem¹, pretende-se, buscando satisfazer essa mesma necessidade, empreender uma reflexão sobre a tradução de textos clássicos latinos, de modo a rever, em especial, a noção de equivalência em tradução, à luz dos ensinamentos da linguística moderna.

Considerando, pois, o desenvolvimento da teoria empreendido, em especial, por Saussure² e Hjelmslev, que permite compreender o latim como língua natural e materna, e os textos legados pelos antigos romanos ao mesmo tempo como manifestações de um sistema e como objetos de significação, ou como objetos culturais, únicos em sua forma de expressar a cultura a qual pertencem, procura-se construir uma reflexão teórica sobre a tradução de textos latinos de modo a enriquecer a discussão na Área de Estudos Clássicos.

Importante ressaltar que não há qualquer pretensão de prescrever como se deve traduzir ou o que seria certo e o que seria errado na tradução do texto clássico latino. O que se almeja é desenvolver uma reflexão teórica sobre bases linguísticas, tomando, a partir de Brodsky (1994, p.86) a concepção de tradução, retomada por Lima (2003, p.13), como “a procura de um equivalente, e não de um substituto”, bem como propor um encaminhamento dessa reflexão e seus preceitos teóricos para a sala de aula de modo a contribuir para a formação do especialista em latim, a qual, por estar, em geral, inserida em contextos curriculares dos cursos de Letras, já proporciona o contato com esses conhecimentos.

Por fim, cabe explicitar que a dissertação está organizada em três capítulos assim intitulados: *Compreensão do latim; Linguística e Tradução; e A reflexão aplicada: exemplos de encaminhamento para a sala de aula.*

O primeiro expõe a compreensão que se tem do latim como língua materna, possibilitada pela concepção de língua e linguagem fornecidas pela teoria linguística

¹ No presente trabalho, entende-se por “teoria moderna da linguagem”, ou “teoria linguística moderna”, toda a ciência da linguagem que se desenvolveu modernamente, desde o estabelecimento da Linguística como ciência autônoma no século XIX até hoje, ou seja, quando se faz referência, aqui, à teoria moderna da linguagem, ou à linguística moderna, de forma geral, contempla-se todo o conhecimento formal sobre língua e linguagem que se desenvolveu na modernidade, em oposição aos conhecimentos da antiguidade sobre língua e linguagem, dentre os quais se destaca a filologia.

² Importante ressaltar que o presente trabalho toma como fundamento a teoria linguística desenvolvida a partir do *Curso de Linguística Geral*, obra organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger, atribuída a Ferdinand de Saussure e publicada em 1916 (três anos após a morte do linguista). Assim, pode-se dizer que a reflexão que empreendemos foge a uma rígida delimitação de autoria (SILVA E SEIDEL, 2016, p.81), na medida em que se reconhece que a obra de referência é produto da organização das anotações de alunos do mestre genebrino que compareceram aos cursos ministrados por ele.

moderna. Além disso, trata das implicações que essa compreensão do latim traz, sobretudo no que se refere à compreensão dos textos latinos como objetos culturais, legados pelos antigos romanos.

Já o segundo capítulo trata do tema da tradução entre línguas naturais a partir da perspectiva da linguística: inicialmente apresentam-se seções descritivas sobre a relação entre os estudos sobre a tradução e a linguística, sobre as diferentes concepções de tradução literária e sobre a noção de equivalência em tradução; em seguida volta-se à base teórica em que se fundamenta o presente trabalho, de modo a discorrer mais detidamente sobre conceitos linguísticos considerados importantes especificamente para refletir sobre a tradução de textos clássicos latinos. Fechando essa segunda seção, busca-se construir uma aproximação entre esses conhecimentos linguísticos e a tradução, compreendida como a procura de um equivalente, buscando rever, sobretudo, a noção de equivalência em tradução à luz do conceito saussuriano de *valor*.

No terceiro e último capítulo, apresenta-se uma aplicação da discussão teórica desenvolvida na forma de análise de dois textos latinos e algumas de suas respectivas traduções para a língua portuguesa. Pretende-se, com essas análises, apresentar um percurso de reflexão, uma forma de se trabalhar, em sala de aula, com o especialista em formação, os conceitos linguísticos discutidos aplicados à tradução, entendida como processo³. Para isso, foram selecionados um poema de autoria de Catulo e outro de Marcial, e algumas respectivas traduções. É importante que se frise, desde já, que essas análises não se pretenderam exaustivas, isto é, não esgotam todos os aspectos relevantes de cada texto, nem prescritivas no sentido de apontar o que deve ou não ser feito em tradução. O intuito desse terceiro capítulo é apresentar um procedimento de análise transferível, dada sua base linguística, que possa ser empreendido com diferentes textos latinos, a serem objeto de um exercício tradutório para a língua portuguesa.

³ Vale esclarecer que entender a tradução como processo significa tomá-la sob o ponto de vista da atividade de traduzir, em oposição à compreensão da tradução como o produto, isto é, como o texto resultante desse processo, que se estabelece na língua meta.

2. COMPREENSÃO DO LATIM

2.1. Universo humano: linguagem e cultura

A cultura é o elemento definidor do homem como ser no mundo, seja qual for o estágio de civilização que se considere, pois qualquer definição de cultura pressupõe a sociedade humana.

Thamos, 2008, p.19

A cultura de um povo pode ser definida como a realidade construída por ele através de seu trabalho transformador da natureza, que, por oposição, compreende tudo aquilo cuja existência não está relacionada às ações humanas (LOPES, 2008, p.15). Mas, a cultura vai além disso, ela é a “dimensão da existência que só os homens conhecem e na qual ingressam graças à capacidade de se relacionar simbolicamente com o mundo, criando e recriando sem limite as próprias condições de vida” (AZEREDO, 2012, p. 46). Pertence ao domínio da cultura tudo o que é construído e aprendido pelo homem como ser social (LOPES, 2008, p.15).

A relação dos homens em sociedade exigiu o desenvolvimento da comunicação e, assim, surgiram os sistemas semióticos, ou sistemas de significação. Esses sistemas constituem linguagens, que evocam a realidade, natural ou cultural, por meio de signos que, por sua vez, compõem a mensagem comunicativa. A partir desses signos, compreendidos pelos indivíduos pertencentes a determinada comunidade, a troca de subjetividades entre seus integrantes torna-se possível.

Todos os sistemas semióticos pertencem, claramente, pois, ao domínio cultural de um povo, na medida em que correspondem a uma realidade construída e aprendida pelos homens em sociedade. A língua natural é um desses sistemas semióticos que pertence ao domínio da cultura embora, como adverte Azeredo (2012, p. 45),

A naturalidade com que as pessoas se comunicam cotidianamente em sua língua materna leva-as a crer que falam e trocam ideias graças à mesma aptidão e destreza motora que lhes permitem respirar, mastigar ou engolir. Estes atos, é claro, decorrem de impulsos biológicos e se realizam mediante uma combinação de movimentos fisiológicos, que só se alteram por uma exigência ou acomodação orgânica natural. A linguagem segue outra ordem de estímulos – os quais têm de ser procurados no universo social – e se integra numa outra ordem de fenômenos: a dos fenômenos culturais, portanto aprendidos.

É, ainda, por meio da linguagem verbal, que “o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma” (BENVENISTE, 2005, p.32). A linguagem verbal é, muitas vezes, no entanto, compreendida, equivocadamente, como simples nomenclatura da realidade, ou do mundo sensível.

Segundo este ponto de vista, cada vez que precisamos mencionar alguma coisa ou exprimir alguma ideia, buscamos naquela lista as palavras ou etiquetas apropriadas e as combinamos umas com as outras conforme um ordenamento lógico que seria um reflexo da maneira como a própria realidade e o pensamento que a apreende estão construídos. Esta crença deriva, na verdade, de uma outra, mais ampla porém menos óbvia: a de que o mundo a que nossas palavras fazem referência se acha organizado como estrutura autônoma separada da linguagem, como um conjunto de coisas, fatos, sensações prontos para receber a respectiva etiqueta. (AZEREDO, 2012, p. 45).

Nesse entendimento, a linguagem verbal, é equiparada a um simples espelho do mundo, e, de acordo com tal crença, na falta de palavras, ou nomes/etiquetas, bastaria apontar para as coisas a que se almeja fazer referência para que a comunicação estivesse garantida. Entretanto, as teorias modernas da linguagem permitiram compreender que, de fato, essa visão não dá conta da complexidade da linguagem verbal enquanto sistema de significação. Como explica Azeredo (2012, p.46), “A linguagem não retrata o mundo, simplesmente porque o mundo expresso pela linguagem não é um mundo de seres e objetos, mas um mundo de significados. Se a linguagem fosse um retrato do mundo, a ficção e a mentira seriam impossíveis”.

A linguagem verbal “representa a mais alta forma de uma faculdade inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar” (BENVENISTE, 2005, p.27). É devido a essa natureza simbólica que a linguagem verbal, apreendida sob a forma de uma língua natural⁴, permite ao homem criar realidades que nunca viveu, seres que nunca conheceu e descrever tempos que não se limitam ao aqui-agora. Mas não só. A linguagem verbal permite fazê-lo a partir da perspectiva de um povo, de uma sociedade na qual está inserido. Afinal, a língua natural constitui um recorte de mundo. Nas palavras de Azeredo (2012, p.49), “a língua revela o mundo como uma estrutura dotada de significados compartilhados por seus falantes, recortando o universo de nossas experiências e percepções em porções de sentido cujo reconhecimento e distinção a comunidade a que pertencemos considera relevantes”.

⁴ Conforme afirma Benveniste (2005, p. 31), “De fato a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”.

Permitir a troca de subjetividades é, de fato, a finalidade primeira da linguagem. Afinal, “Todo ato de linguagem praticado por seres humanos pressupõe – ou projeta – uma situação sociocomunicativa” (AZEREDO, 2012, p. 55). No entanto, isso não significa que a linguagem se limita à mera ferramenta de comunicação. Pelo contrário. A linguagem verbal é uma forma de perceber o mundo, de caracterizar a realidade, de realizar interação, de informar, influenciar, exprimir sentimentos e emoções, de proporcionar o prazer estético, de estabelecer identidades e de agir no mundo (FIORIN, 2015, p.30).

Por tudo isso, a linguagem verbal não pode ser concebida sem o homem, fora da cultura (BENVENISTE, 2005, p.31). É por essa razão que, segundo o linguista dinamarquês Hjelmslev (2013, p. 133), “A teoria linguística [...] é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, atingir o domínio do saber humano em sua totalidade”.

Compreende-se que é principalmente em função do conhecimento da cultura que o estudo de uma língua encontra legitimidade (LONGO 2011, p. 181). Nesse sentido, aos estudiosos da linguagem verbal que se dedicam à língua latina, como é o caso do presente trabalho, é fundamental reconhecer os registros escritos legados pelos antigos romanos como objetos de significação, únicos na maneira de expressar a cultura a qual pertencem. Só assim será possível garantir o acesso à densidade humana dessas manifestações culturais, cuja leitura é tão essencial àqueles que, especialistas em linguagem verbal, se dedicam ao estudo dessa língua clássica.

Para isso, a compreensão do latim como língua natural, isto é, como língua materna, que expressa a cultura de um povo para quem viver consistia em comunicar-se e expressar-se em latim é fundamental. É a teoria moderna da linguagem que atesta e não permite ignorar tal compreensão.

2.2.O objeto *língua*

a língua constitui uma instituição social.
Saussure, 2012, p.47

A partir do estabelecimento das bases da ciência Linguística moderna com a publicação do *Curso de Linguística Geral* em 1916, observa-se um rompimento com os estudos anteriores na medida em que se demonstra ser indispensável a adoção do ponto de

vista sincrônico para delimitar objeto de estudo dessa ciência. Na obra, demonstra-se que é fundamental abstrair qualquer noção ou carga temporal do fenômeno da linguagem verbal para que se possa chegar à *língua* como objeto científico de investigação.

Para definir *língua*, Saussure parte de uma concepção segundo a qual a linguagem verbal, “multiforme e heteróclita”, se constitui de uma parcela social e homogênea e de uma individual e heterogênea. A *língua* corresponde à primeira e consiste em um sistema *formal* de signos, comum a toda comunidade linguística, por isso homogênea. Já a *fala*, segunda parcela da linguagem verbal, por sua vez, se apresenta como *substância* de natureza individual e propriamente accidental, ou heterogênea. Revela-se, então, a primeira oposição saussuriana, entre *língua* e *fala*, sobre a qual se destaca o seguinte trecho do *Curso*:

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início essa associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (SAUSSURE, 2012, p.51)

Compreende-se, pois, que língua e fala implicam-se mutuamente. Mas é a língua que Saussure estabelece como o legítimo objeto de estudo da Linguística que então fundava:

A língua, distinta da fala, é um objeto que pode ser estudado separadamente. Não falamos mais as línguas *mortas*, mas podemos assimilar muito bem seu organismo linguístico. A ciência da língua não apenas pode prescindir dos outros elementos da linguagem, mas só é possível se outros elementos a ela não se misturarem. (SAUSSURE, 2012, p.46) – grifos nossos.

Compreendendo a língua como um sistema formal e homogêneo, entende-se porque para concebê-la, o ponto de vista sincrônico é indispensável. O sistema são as relações estruturais e opositivas estabelecidas entre seus elementos, e essas relações só podem ser percebidas na simultaneidade, isto é, sincronicamente. O sistema não são os seus elementos em si, porque estes, isolados, não possuem nenhum caráter estrutural ou sistêmico, é apenas através das relações, a partir das quais esses elementos adquirem um *valor*, que o sistema se apresenta como objeto científico. Essas relações são finitas, são estruturais, elas são, enfim, a

própria língua, e podem ser manifestadas por diversas unidades e construções heterogêneas, que por sua vez pertencem ao domínio, secundário, da *fala*. É esse caráter estrutural que confere à língua autonomia enquanto objeto de investigação científica.

A língua é, pois, um sistema homogêneo à disposição de cada falante pertencente a uma comunidade linguística⁵. Já a fala, corresponde à manifestação desse sistema, seja oral ou escrita, por parte do indivíduo. Assim, esta é fruto de escolhas individuais feitas dentre todas as possibilidades oferecidas pela língua, para determinada manifestação, e essas escolhas estão diretamente ligadas a subjetividade do falante⁶. Isso então justifica a afirmação de Saussure segundo a qual a fala é heterogênea em sua natureza, mas que tem por subjacente o sistema homogêneo, compartilhado por todos os falantes: a língua.

É essa condição que permite entender como plenamente possível partir da *fala* para chegar ao sistema, que é a *língua*. Por isso, ainda que o latim seja uma língua que não possui mais falantes naturais vivos e cuja complexidade heterogênea da *fala* não tenha chegado a nós senão com consideráveis lacunas, “podemos assimilar muito bem seu organismo linguístico” (SAUSSURE, 2012, p.46), o qual, constitui-se mais uma, senão a mais importante, instituição social da civilização romana.

A língua latina, pois, enquanto um sistema de valores partilhado entre os falantes daquela comunidade, permitiu a construção de discursos, por meio dos quais seus falantes puderam, entre outras coisas, apreender e interpretar a realidade, natural e cultural, e que se encontram manifestados nos textos que sobreviveram à ação do tempo e chegaram até nós. Tomando-os como objeto de estudo através dos quais é possível apreender a língua dos antigos romanos, podemos conhecer, ainda que não em sua totalidade, essa cultura, a que modernamente se denominou Cultura Clássica e que, apesar de tão distante no tempo, ainda ecoa nas mais diversas manifestações da cultura ocidental.

2.3.Latim: a língua materna da Roma Antiga

⁵ De acordo com Saussure (2012, p.45) a língua é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo”.

⁶ É importante frisar que não se ignora o desenvolvimento posterior das teorias da linguagem, principalmente, por parte da própria Semiótica, e das Teorias do Discurso, que refutam essa ideia da individualidade subjacente aos atos de fala, e apontam conceitos como os de discurso dialógico e formação discursiva. Em contrapartida, reconhece-se que a dicotomia língua e fala, apresentada no *Curso de Linguística Geral*, é suficiente para a discussão que aqui se propõe, isto é, para compreender o latim como língua materna e os textos legados por seus falantes naturais como atos de fala que representam variantes linguísticas específicas, que não dão conta da complexidade da fala latina nem se confundem com a língua.

A língua materna de um povo é um patrimônio imaterial de valor inestimável.

Thamos, 2008, p.19

À medida que aprende sua língua materna, todo indivíduo aprende com ela uma forma de conhecer o mundo e de se relacionar socialmente.

Azeredo, 2012, p. 56

A língua latina, idioma de uso corrente na Roma Antiga⁷, há séculos não conta mais com seus falantes naturais, isto é, não é mais falada, ou apreendida naturalmente pelos homens, como língua materna. Entretanto, isso não significa que o latim não deva ser entendido como o são todas as línguas modernas, sob o ponto de vista linguístico.

Em seu livro intitulado *Uma estranha língua? – questões de linguagem e de método* (1995), Alceu Dias Lima propõe uma revisão dos estudos latinos, de modo a confrontá-los com os novos princípios, fornecidos pela teoria moderna da linguagem – da linguística saussuriana, e seu desenvolvimento por Hjelmslev, à Semiótica de Greimas.

Esse instrumental teórico permite a compreensão da língua dos antigos romanos como um sistema formal, tal qual as demais línguas naturais modernas. Essa compreensão do latim, proporcionada pela ciência da linguagem, tem um aspecto fundamental: compreender a língua como um sistema, a partir dos ensinamentos do *Curso de Linguística Geral*, implica a noção de coletividade. Afinal, a linguística saussuriana permitiu compreender que a linguagem verbal é um fenômeno essencialmente cultural, próprio de uma coletividade socialmente organizada, que partilha um sistema formal de signos, isto é, a *língua*, cuja existência subjacente aos mais singulares usos, ou aos mais diversos modos de expressar-se, possibilita a comunicação intersubjetiva:

Se houve, portanto, como o dado histórico não permite negar, uma população heterogênea, com suas crenças, tradições e costumes, habitando uma determinada região do mediterrâneo, é porque houve uma língua natural em torno da qual essa população pôde organizar-se para expressar e transmitir sua cultura (LONGO, 2011, p.17).

⁷ Seja como primeira seja como segunda língua, conforme mostra o importante estudo de Adams (2008) que, a partir de uma análise sociolinguística meticulosa de grande variedade de fontes textuais, permite compreender que o bilinguismo existente no território dominado pelos romanos era muito mais comum do que atestam os estudos tradicionais.

Compreender o latim como *língua*, no sentido saussuriano do termo, isto é, como um sistema formal partilhado pelos indivíduos daquela comunidade, é, pois, entendê-lo como língua natural e, portanto, como *língua materna*, que

só se organiza em sistema significante, como tal apreensível, graças à maneira sutil mas efetiva pela qual recorta a substância, dotando-a do sentido, em princípio, qualquer, mas, na realidade incontestemente de todo idioma existente, sujeita, por força do uso ao que o tempo e o espaço, sem deixarem, com isso, de ser realidades extralinguísticas, determinam, além das outras peculiaridades, desde as mais gerais até aquelas que se podem indicar como traços característicos de indivíduos no seio das comunidades falantes [...] (LIMA, 1995, p.69).

É nesse sentido que o latim é uma língua como todas as línguas modernas, ainda que em comparação com estas apresente uma relevante diferença, como explicam Lima e Thamos:

Talvez se pudesse dizer que o latim é uma língua de *sincronia fechada* para situá-lo com relação às línguas modernas, que seriam assim reconhecidas como línguas de *sincronia aberta*. Essa expressão, de cunho linguístico, poderia substituir com vantagens a fórmula “língua morta” com que a tradição normalmente se refere ao idioma dos antigos romanos. [...] Sincronia é funcionamento *fonético-fonológico, morfossintático e lexical* de uma língua, em dado espaço de tempo da sua vida, enquanto instrumento de comunicação, no seio daqueles que têm essa língua como idioma materno. Ser de *sincronia aberta* significa então, para essa língua, que ela varia em sua fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e léxico, variação essa relativa ao estrato cultural de emissão pelo qual seus usuários dela se servem. (LIMA e THAMOS, 2004, p.1).

Em contrapartida, ser de sincronia fechada significa, então, estar impossibilitada de apresentar novas variações, isto é, de ser atualizada. As variações atuaram sobre o sistema da língua latina durante a sua existência enquanto língua de sincronia aberta, ou seja, enquanto houve falantes que, constituindo a sua comunidade de fala, a atualizaram continuamente e naturalmente (LONGO, 2006, p.15).

Os antigos romanos tinham internalizado virtualmente, então, esse *sistema de valores*, que era manifestado de modo heterogêneo, de acordo com cada indivíduo, classe social, faixa etária, situação de comunicação etc. Mas, deixando de haver falantes naturais do latim, estas manifestações não mais se inovaram, ficando restritas apenas àquelas que restaram registradas em textos escritos pelos falantes naturais letrados. Dessa forma, na atualidade, é somente através dos registros escritos, deixados como herança cultural pelos antigos romanos, que se pode ter acesso à língua latina. A compreensão do latim a partir dos preceitos linguísticos aqui

expostos leva ao entendimento claro de que não é possível produzir, senão de forma anacrônica, qualquer novo discurso em latim:

Isso porque não pode ter domínio de uma língua natural, de modo que se possa falar em competência, aquele que tiver apenas o conhecimento de regras gramaticais conservadas artificialmente em manuais escolares. Somente aqueles que fizeram parte dessa coletividade e puderam compartilhar das mesmas experiências eram dotados da capacidade ilimitada de criar e compreender enunciados (LONGO, 2011, p.16).

O fato de o estudo do latim estar, portanto, reduzido à recepção escrita (LONGO, 2006, p.17) impõe barreiras importantes a serem superadas pelos que se dedicam ao estudo desse idioma. Uma delas é admitir que se perdeu o latim coloquial, o latim do dia a dia dos romanos, uma vez que é difícil reconhecê-lo nos registros que restaram. Mesmo porque, uma característica da escrita é a sua natureza de permanência, que, desse modo, induz, seja consciente ou inconscientemente, todos os que escrevem a fazê-lo de modo mais cuidado, mais trabalhado, em comparação à espontaneidade própria da expressão oral. É em razão disso que

parece mesmo difícil se convencer da simples ideia do latim como língua materna, quando o que resta à comprovação de sua existência são textos como os de Cícero, por exemplo. Mas é a compreensão sistêmica de uma língua que permite entender que o fato de haver escritores, capazes de explorar com tamanha propriedade os recursos expressivos da linguagem verbal, pressupõe a natural existência de cada uma das variantes linguísticas decorrentes desse sistema. (LONGO. 2011, p.18).

Se língua e sociedade não se concebem uma sem a outra (BENVENISTE, 2005, p.31) e se a característica de uma sociedade é ser composta por indivíduos que se diferenciam quanto aos mais variados critérios – como gênero, faixa etária, grau de instrução etc.– e que vivenciam situações comunicativas diversas, a que a cultura impõe, cada qual, uma coerção particular, a existência de variantes linguísticas, ou seja, de usos que acompanhem tais variáveis é, sem dúvida, pressuposto. Mesmo porque, conforme alertam Lima e Thamos (2005, p.126),

Quem, dentre nós, imagina uma criança, um camponês, uma mulher do povo de fala latina, exprimindo-se naquele latim ciceroniano das nossas aulas? O que é sensato pensar é que, se esse latim, o de César, de Cícero ou de Tito Lívio existe é porque existiram também variáveis populares que exprimissem sobretudo a presença de um povo – com todas as diferenças linguísticas de região, de classe social, de idade, e demais que se possam

imaginar – constituindo a comunidade no seio da qual somente cada escritor pôde existir e se formar como falante de excepcional competência. Ou seríamos tão ingênuos a ponto de pensar que, em Roma, as pessoas comuns falavam como Cícero escrevia? Ou, ainda, que simplesmente se falasse como se escrevia?

Desse modo, é preciso lembrar que uma manifestação escrita em latim “será sempre o registro de um uso resultante de escolhas estilisticamente conscientes realizadas por um falante natural, dotado da capacidade ilimitada de produzir enunciados” (LONGO, 2011, p. 211). No entanto, os usos que se manifestam nesses registros escritos a que temos acesso na atualidade não representam, de forma alguma, toda a complexidade heterogênea dos usos realizados pelos antigos romanos cuja vivência das mais diversas experiências cotidianas se dava em latim; pelo contrário: esses textos, enquanto manifestações individuais e singulares, nos dão a dimensão do quanto nos falta conhecer e do quanto se perdeu no que se refere aos usos da *língua*, ou seja, no que se refere ao domínio da *fala* latina.

Essa compreensão sistêmica do latim, que não permite enxergá-lo senão como língua materna de um povo, possível a partir do estabelecimento das bases da ciência Linguística com a publicação do *Curso de Linguística Geral* em 1916, e empreendida, primeiramente, por Lima (1995), é de suma importância para desconstruir, o que o faz sem muita dificuldade, o mito da supralíngua, ou do latim como uma “língua de eruditos”.

Isso porque essa visão distorcida do latim, tão disseminada pelo ensino escolar tradicional e humanista ao longo dos anos, cujos resquícios podem ser percebidos até os dias atuais, revela em suas bases uma concepção de linguagem, absolutamente distante de todos os ensinamentos da Linguística Moderna, que

nem explicitou as premissas nem procurou um princípio homogêneo de análise, e com isto [...] permaneceu imprecisa e subjetiva, submetida pela estética e pela metafísica, para não mencionar os inúmeros casos em que ela se entrincheirou numa simples descrição anedótica. (HJELMSLEV, 2013, p.9).

Aceitar a ideia de que o latim seja uma supralíngua ou uma “língua de eruditos”, cuja estranheza inevitavelmente se impõe, é distanciar a língua da cultura, ignorando a dimensão humana da linguagem e os novos princípios fornecidos pela ciência moderna. É ver o latim como código e não como língua, e, nesse sentido, é matar a língua latina:

É só quando, desconhecendo a oposição língua vs fala, se apresentam autores como se fossem já a própria língua, uma língua feita de lugares-comuns, por mais que lapidares, que se faz do latim uma língua morta! Entenda-se:

morta, particípio de *matar*, não de *morrer*. *Morta* há de ser aí tomado na sua força transitiva, tendo como agente o ensino de latim da tradição. *Morta*, sinônimo de *matada*, não de *falecida*. (LIMA, 1995, p.25).

Por essa razão, é tão importante que não se perca de vista: o latim é língua natural e materna, indissociável da cultura a qual pertence, tal qual todas as línguas modernas. É um *sistema formal de signos* que foi partilhado por uma coletividade heterogênea, cujas manifestações individuais variavam de acordo com a classe social, faixa etária, situação de comunicação, nível de instrução, entre muitos outros critérios de singularização dos usos. É assim que, ainda que de sincronia fechada, “‘o latim é uma língua viva do passado’ e, portanto, só em relação a esse passado cabem as providências que diferenciam o seu ensino do de qualquer língua estrangeira do presente” (LIMA, 1995, p.19). Essa observação também se estende à reflexão sobre a tradução de textos latinos de modo que, sendo o latim uma língua viva do passado, é somente em relação a esse passado que se pautam os encaminhamentos que diferenciam a reflexão sobre a tradução de textos latinos e a reflexão sobre a tradução de textos escritos em qualquer língua moderna.

Nesse sentido, considerando que em relação a esse passado há muitas lacunas, vez que faltam registros que englobem suficientemente toda a complexidade da Cultura dos antigos romanos, se faz necessário, para a leitura dos textos legados por eles como herança cultural, estudar e buscar referências que explicitem a realidade cultural desse povo, e tudo que ela abrangia, a fim de levar à compreensão da “visão de mundo” impressa em todas as manifestações individuais da língua latina.

2.4.Os textos latinos: herança linguística, literária e cultural

É principalmente em função do conhecimento da cultura que o estudo de uma língua encontra legitimidade (LONGO, 2011, p. 181). Nesse sentido, aos estudiosos da linguagem verbal que se dedicam à língua latina, é fundamental reconhecer os registros escritos legados pelos antigos romanos como objetos de significação, únicos na maneira de expressar a cultura a qual pertencem.

A distância temporal, que separa essa cultura dos dias atuais, entretanto, bem como aquela imagem do latim, construída ao longo de séculos pela tradição escolar, como um código de erudição, impedem muitas vezes que se reconheçam os textos latinos como objetos culturais produzidos por falantes naturais de excepcional competência, para quem a vida se

dava em latim. Compreender o latim como língua natural, que expressa a cultura de um povo, guiando-se pelos conceitos das teorias modernas da linguagem, torna-se, pois, fundamental para compreender os textos escritos por seus falantes legítimos como objetos culturais, únicos de significação. Só assim será possível garantir o acesso à densidade humana dessas manifestações culturais, cuja leitura é tão essencial àqueles que, enquanto especialistas da linguagem verbal, dedicam-se ao estudo da língua clássica.

Os registros escritos deixados pelos antigos romanos, conservados graças aos esforços empreendidos no campo da Filologia, são a única via de acesso à língua latina. Essas manifestações do sistema formal do latim, no entanto, como já apontado, não dão conta de representar a totalidade heterogênea da fala latina, pelo contrário: registram um uso particular, resultante de escolhas feitas conscientemente por falantes naturais pertencentes a determinados grupos sociais a quem a instrução era uma realidade⁸.

Conforme destaca Lima (1995, p.45) a arte de escrever está sujeita a subsistemas muito sofisticados, o que permite dizer que “interagem nos escritos latinos de boa cepa e mesmo os de nem tão boa [...] significantes de mais de um nível de organização” (*idem*, p.111), ou seja, um texto em latim está sempre fortemente marcado por recursos estilísticos, retóricos, poéticos. Muito embora se reconheça que essas manifestações textuais, deixadas pelos antigos romanos como herança cultural, sejam, pois, dotadas de grande labor estilístico e que também por essa razão sejam agrupadas no que tradicionalmente se designa como Literatura Latina (LIMA, 1995, p.45), a reflexão aqui empreendida se volta especialmente àqueles textos em que se reconhece o predomínio da função poética dentre todas as demais.

Estes textos, enquanto manifestações artísticas, tomam a linguagem como um fim, e não como meio para comunicar algo. Por isso, quando se está diante de textos poéticos, é

⁸ Vale esclarecer que, tomando a língua latina como língua natural, e considerando a indissociabilidade entre língua e sociedade (BENVENISTE, 2005, p.31), os textos latinos aqui considerados são aqueles datados do período em que Roma existiu como organização social, restando excluídos dessa reflexão textos escritos nos latins de outras épocas que não essa, ou seja, posteriores à desagregação daquela coletividade. Nesse sentido, destaca-se a explicação de Thamos (2008, p. 19): “Já não se fala mais o latim de Roma – a língua materna dos antigos romanos – há pelo menos mil e quinhentos anos. Desfeita a relação visceral entre a cultura e sua expressão maior, os “latins” falados desde então, a despeito da justificativa histórica que se lhes deva reconhecer, [...] são, na verdade, [...], um código erudito e puramente intelectual. Após a fragmentação linguística do Império Romano, ninguém mais pôde lembrar de cor canções da infância arraigadas naturalmente na memória – canções de ninar, talvez, entoadas com doçura pela voz da própria mãe”. Esses textos de outras épocas, por maior que seja sua relevância histórica, pelos conteúdos que veiculam, não atestam a existência da língua natural viva (embora a pressuponham historicamente). Isso não significa que o latim usado na Idade média, por exemplo, para a composição de diversos textos, não esteja inserido em um contexto cultural. Mas trata-se de um contexto que não é o contexto social em que o latim figurava como língua natural, de uso corrente, por esses autores, mas um contexto em que o latim, foi adotado como código de erudição. Esse fato, por si, não retira a legitimidade e importância histórica desses textos, mas justifica por que eles não servem como exemplo de objeto de estudo de uma pesquisa feita da perspectiva aqui apresentada.

necessário levar a atenção mais àquilo de que o texto trata, mas ao modo como o texto diz o que diz (LONGO, 2011, p.222). Como explica Jakobson (2003, p.127-8) em seu texto intitulado *Linguística e Poética*, revela-se neles “o pendor para a mensagem como tal, o enfoque da mensagem por ela própria”: eis o trabalho estético com a palavra.

É por essa razão que a leitura efetiva de um texto poético envolve, além do conhecimento linguístico, também os conhecimentos fornecidos pela Poética, pela Estilística, pela Retórica, entre outras áreas, de modo que se torne possível reconhecer as diversas significações que transcendem o signo linguístico. Nessa leitura, pressupõe-se a capacidade de reconhecer no texto recursos expressivos que contribuem para torná-lo um objeto único de significação, artístico e cultural – e, para isso, o aparato teórico das teorias modernas da linguagem é fundamental.

Vale ressaltar que o procedimento de leitura do texto clássico latino, no entanto, é um tanto diferente daquele que conhecemos referente às línguas modernas. Como explica Longo (2011, p.219):

A dinâmica de leitura do latim exige, inevitavelmente, como primeira etapa uma prática metalinguística (que por falta de denominação mais precisa é chamada “tradução” – e que aqui será chamada “tradução de referência”). Isso porque não se pode ler latim em latim, pelo menos não com a aquela fluência desejável com que se leem textos de línguas modernas. Mas essa prática de “primeira leitura” só permite, quando muito, uma compreensão superficial, porque meramente contedística, do texto.

Essa *tradução de referência*, compreendida como etapa indispensável à leitura de qualquer texto latino, nada mais é do que um correspondente literal do texto, uma transposição termo a termo, ao qual se chega a partir da análise morfosintática e lexical do enunciado (LONGO, 2011, p.68). É um exercício que deve ser entendido como um meio e não um fim: um meio para acessar o texto latino e, então, estar apto a proceder à sua leitura efetiva, de modo a reconhecer as demais significações que estão além daquelas engendradas pelas estruturas linguísticas, reconhecíveis através dessa prática.

Realizada, pois, essa etapa de “primeira leitura”, o estudioso deve voltar ao texto latino a fim de, entendidas as relações morfosintáticas, reconhecer e compreender os recursos expressivos que contribuem para identificá-lo como um objeto único cultural e artístico. Afinal, não se pode perder de vista o que observa Lima (2000, p.8):

A primeira e mais forte razão para o estudo programado de línguas antigas é terem elas servido de expressão a obras, cujo desconhecimento, por assim

dizer, sistemático representará para o homem a perda irreparável de alguns dos documentos mais representativos da sua capacidade criadora.

Nesse sentido, e considerando ainda o direito à literatura defendido por Cândido (2004), compreende-se que, além de efetivamente ler os textos latinos como objetos artísticos de significação, únicos em sua forma de expressar a cultura, o estudioso da língua dos antigos romanos poderá se dedicar a não menos importante tarefa de divulgar a Cultura Clássica àqueles que não dominam o idioma e que, por essa razão, estariam fadados a sofrer a irreparável perda anunciada por Lima. A tradução propriamente dita (que não se confunde com a *tradução de referência*) torna-se, assim, uma atividade primordial, na medida em que possibilita o acesso a essas obras cuja “observação impõe-se com a mesma premente gravidade com que se defende o direito universal e público à subsistência, à educação, aos benefícios, em suma, da própria civilização” (LIMA, 2000, p.8). Sobre a tradução desses textos, serão encaminhadas reflexões no próximo capítulo.

3. LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO

3.1. ESTUDOS TRADUTÓRIOS E A CIÊNCIA LINGUÍSTICA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

3.1.1. A Tradução em diferentes abordagens linguísticas

Os estudos sobre tradução como área autônoma passaram a se fortalecer na década de 60 e foram marcados por um forte distanciamento em relação à ciência Linguística, como aponta Nunes (2012, p.38). Neste cenário, ficou conhecida a obra de Mounin (1975) “Problemas teóricos da Tradução”, cujas 200 páginas foram dedicadas à defesa de que a Linguística poderia e deveria, sim, tomar a tradução como objeto de estudo. Apesar de o importante esforço empreendido por Mounin ter suscitado o debate em torno da legitimidade da Linguística para o estudo desse objeto, sua fundamentação com base em especial nos estudos de Humboldt, Sapir e Whorf acabou por, paradoxalmente, apontar a Linguística mais como madrastra do que como mãe aos estudos tradutórios, como observa José Paulo Paes em sua obra “Tradução a ponte necessária” (1990, p.33):

O exame feito por Mounin, de um lado, dos argumentos humboldtianos e neo-humboldtianos acerca da língua constituir uma visão de mundo diferenciada e única a que só se pode ter acesso por via dessa mesma língua e de nenhuma outra, e, de outro lado, a sua análise das ideias de Serrus, Harris e Meillet em torno da ausência de correlações entre a lógica e a gramática das várias línguas, o que as tornaria impenetráveis entre si, inculcavam a conclusão de ser a tradução uma impossibilidade teórica do ponto de vista linguístico.

Esse entendimento – de que cada língua encerra uma visão de mundo que não só lhe é própria, mas também inacessível aos falantes naturais de outra língua, ou seja, de que os sistemas linguísticos seriam impenetráveis entre si – é, no entanto, confrontado por Jakobson em seu famoso artigo “Aspectos Linguísticos da Tradução” em que o linguista afirma: “Toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente” (JAKOBSON, 2003, p. 67).

Enfatiza o linguista que, apesar de toda complexidade que envolve a tradução interlingual⁹, tendo em vista que nesse processo estão em jogo dois *sistemas* diferentes e que

⁹ Jakobson (2003) denomina tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, a tradução entre diferentes línguas naturais. Em oposição, apresenta mais duas espécies de tradução: a tradução intersemiótica (que envolve

cada qual “determina os aspectos de cada experiência que devem obrigatoriamente ser expressos” (JAKOBSON, 2003, p. 68), “o nível cognitivo da linguagem não só admite mas exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução” (*idem*, p.70).

Para Jakobson, “as línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (2003, p.69). Desse entendimento, tem-se que a diferença entre as línguas repousa no modo como cada uma expressa as experiências cognitivas, e não na capacidade de expressá-las. Toda experiência cognitiva *pode* ser expressa em qualquer língua, mas *deverá* o ser à sua maneira.

O linguista Hjelmslev também se posiciona pela possibilidade da tradução entre diferentes línguas em seu *Prolegômenos a Uma Teoria da Linguagem*. O autor dinamarquês, apesar de não se dedicar ao tema da tradução em sua obra, é bastante incisivo ao sustentar que

uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas como todas as outras estruturas semióticas concebíveis. Esta tradutibilidade resulta do fato de que as línguas, e elas apenas, são capazes de formar não importa qual sentido”; é apenas uma língua que é possível ‘ocupar-se com o inexprimível até que ele seja exprimido’. (HJELMSLEV, 2013, p.115).

Catford, por sua vez, em sua célebre obra *Uma Teoria Linguística da Tradução* (1980), desenvolve uma teoria sobre tradução que parece se aproximar mais dos estudos linguísticos de base estrutural, principalmente de Saussure e Hjelmslev com relação aos conceitos cunhados por eles de *sistema*, *forma*, *substância* e *valor*. Logo no início de sua obra, Catford defende que, sendo a tradução uma operação que se realiza entre línguas, qualquer teoria da tradução deveria se desenvolver à luz de uma teoria da linguagem, de uma teoria linguística geral (1980, p.01).

O autor define tradução como “a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)” (*idem*, p. 22)¹⁰. Em seguida, dedica-se à apresentação de alguns tipos de tradução (plena, parcial, etc.), bem como estabelece uma oposição entre tradução e o que ele denomina *transferência*.

Catford reconhece que, muitas vezes, se define tradução em função do significado, como aquele objeto da língua de chegada, seja palavra, frase ou texto, que significa a mesma coisa, ou, que “tem o mesmo significado” que o objeto-fonte da língua de partida (1980, p.

um sistema semiótico verbal e outro não verbal) e a tradução intralingual (que consiste na reformulação da mensagem em uma mesma língua).

¹⁰ LF = língua fonte; LM = língua meta.

38ss). Para ele, tal concepção não passa de um grande equívoco, de uma falácia. De acordo com seu entendimento, o *significado* é uma propriedade da língua como sistema.

Nesse sentido, explica que o texto estabelecido como resultado da tradução carrega significados da língua-meta enquanto o texto-fonte carrega significados da língua-fonte, ao mesmo tempo que se apresentam como equivalentes textuais. O autor frisa: não há transferência de significados na tradução (1980, p.53). Sobre essa discussão, destaca-se o seguinte trecho:

[...] a tradução se tem frequentemente definido com referência ao significado; diz-se que uma tradução “tem o mesmo significado” do original. [...] De acordo com a teoria do significado de que nos servimos aqui [...] é *insustentável a opinião de que textos da LF e da LM “têm o mesmo significado”* [...]. [...] O significado, a nosso ver, é uma propriedade da língua. *Um texto da LF tem um significado que é da LF, e um texto da LM tem um significado que é da LM*: um texto russo, por exemplo, tem um significado russo [...] e um texto *equivalente* em inglês tem um significado inglês. Esse é necessariamente o caso, uma vez que [...] *definimos significado como a rede total de relações de que faz parte qualquer forma linguística*. (CATFORD, 1980, p. 38-39, grifos nossos).

A leitura desse trecho permite notar uma aproximação entre a definição de Catford de *significado* e o conceito saussuriano de *valor*, como se o que Catford chama em sua teoria de *significado*, ou *significado formal*, correspondesse ao que se chama de *valor linguístico* no *Curso de Linguística Geral*. Essa impressão é de fato confirmada em passagens seguintes em que Catford alterna entre os termos *significado* e *valor*, usando-os como sinônimos em suas explicações, além incluir uma nota de rodapé em um trecho para indicar que o termo *valor* está sendo usado “no sentido saussuriano”¹¹:

Na tradução [...] o texto da LM tem um significado que é da LM. Quer dizer que os ‘valores’ dos itens da LM são inteiramente os estabelecidos por relações formais e contextuais na própria LM. Não há transporte para a LM de valores estabelecidos por relações formais ou contextuais na LF. (CATFORD, 1980, p. 47).

A partir da leitura desses trechos, é possível depreender que subjaz à teoria de Catford, a concepção estruturalista de língua como um sistema de valores puros e diferenciais. Isso depreende-se, em especial, da oposição estabelecida entre tradução e transferência, em que o autor sustenta que os *significados* da língua-fonte, nos termos de Catford, não têm *valor* na língua-meta e vice-versa.

¹¹ Conforme nota de nº 13 constante na página 39 da edição citada.

Tanto Mounin, quanto Jakobson quanto Catford, fizeram em seus estudos considerações gerais sobre a tradução entre diferentes línguas, sob o ponto de vista da Linguística. Mas, importante ressaltar que há um nicho específico da tradução que vem sendo relevante objeto de discussão, sobretudo acerca da possibilidade/impossibilidade de sua realização, que é a tradução literária. Nesse ponto, optou-se por destacar facetas do desenrolar dessa discussão no Brasil por autores que, muitas vezes, têm sido tomados como referência para os trabalhos desenvolvidos especialmente na área de Clássicas.

3.1.2. A tradução de textos literários: diferentes concepções

Entre os estudiosos brasileiros, também coexistem diferentes concepções de tradução, sobretudo literária, que se refletem em práticas tradutórias que se distanciam umas das outras. Ressaltando ao menos duas delas que manifestamente se opõem, tem-se a concepção de tradução como *transcrição*, ou como criação, que goza de uma teoria ampla inicialmente desenvolvida, em especial, pelo tradutor e poeta Haroldo de Campos; bem como a concepção, talvez mais tradicional, de tradução como a versão de um texto de uma língua para outra, defendida por exemplo pelo também tradutor e poeta Paulo Henriques Britto.

A teoria de Campos sobre tradução é vasta e tem seu início nos anos 60 marcado especialmente pela publicação do ensaio “Da tradução como criação e como crítica”. Nesse ensaio, o poeta e tradutor expõe as bases do seu pensamento sobre tradução de textos estéticos, ou criativos, como denomina, filiando-se sobretudo a ideia proposta por Pound (CAMPOS, 2006, p.35) resumida pela conhecida expressão “*make it new*”.

Campos toma como ponto de partida para expor suas ideias o que diz Albertch Fabri, professor e ensaísta alemão, sobre a impossibilidade de se traduzirem textos literários, e recorre também aos conceitos, de “informação estética”, “informação documentária” e “informação semântica”, cunhados pelo filósofo Max Bense. Explica que a informação estética, característica dos textos literários, em especial da poesia, “transcende a semântica, no que concerne à ‘imprevisibilidade, à surpresa, à improbabilidade da ordenação de signos’” (CAMPOS, 2006, p.32), que esta “é, assim, inseparável de sua realização” (CAMPOS, 2006, p.33). A partir disso, citando Bense, reconhece que “Em outra língua será uma outra informação estética” (1958, *apud* CAMPOS, 2006, p.33).

Tomando essa constatação como argumento, o poeta e tradutor conclui que a tradução literária é impossível, sobretudo quando se está diante da poesia, já que na língua-meta será sempre uma outra informação estética que não se confunde com a constante na língua-fonte.

Nesse sentido, Campos defende, em princípio, a impossibilidade da tradução de textos estéticos, salvo se compreendida como um processo de recriação, ou até mesmo de criação. Em suas palavras, a “tradução de textos criativos será sempre recriação, ou *criação paralela, autônoma*, porém recíproca. Quanto mais inçado de dificuldades esse texto, mais recriável, mais sedutor enquanto possibilidade *aberta* de recriação” (CAMPOS, 2006, p.35).

É importante ressaltar essa aproximação que Campos empreende entre tradução e criação, principalmente fazendo uso desses adjetivos “autônoma” e “paralela”. Ora, se a tradução é impossível, só há possibilidade para a criação, para uma tradução que se proponha criativa, tão criativa quanto o texto-fonte. Explica:

Numa tradução dessa natureza, não se traduz apenas o significado, traduz-se o próprio signo, ou seja, sua fisicalidade, sua materialidade mesma (propriedades sonoras, de imagética visual, enfim, tudo aquilo que forma, segundo Charles Morris, a iconicidade do signo estético, entendido por signo icônico aquele que ‘que é de certa maneira similar àquilo que ele denota’). O significado, o parâmetro semântico, será apenas e tão-somente a baliza demarcatória do lugar da empresa recriadora. Está-se, pois no avesso, da chamada tradução literal. (CAMPOS, 2006, p. 35).

Neste trecho, fica claro que o autor ao afirmar a impossibilidade da tradução literária está se referindo ao que se convencionou chamar de tradução literal, a qual opõe a sua concepção de tradução como recriação. Nesse sentido, Campos explica que a tradução-recriadora, ou *transcrição* como posteriormente denominaria, consiste sobretudo em traduzir o “signo”, a “forma”, enquanto a tradução literal se limitaria a traduzir tão somente o “significado”, o “conteúdo”¹². Para ele, o significado, ou informação semântica, como chama Bense, tem sua importância relativizada pela informação estética que carregam os textos criativos, ou estéticos; por isso, afirma que uma tradução que se atente em transpor apenas o significado, ignorando o “signo em sua fisicalidade”, não traduz o texto estético.

¹² As aspas figuram nesse momento para marcar as expressões usadas pelo autor que, por sua vez, não se confundem com os conceitos provenientes da linguística estrutural empregados no presente trabalho. Afinal, a noção saussuriana de signo não é material, mas formal, e o termo “forma” é usado por Campos em oposição a “conteúdo”, o que não tem amparo teórico nos ensinamentos de Hjelmslev, que opõem forma e substância bem como expressão e conteúdo, por exemplo.

Assim, tece considerações positivas sobre traduções, ou *recriações*, como as de Pound, que priorizam a transposição da informação estética, ainda que, para isso, elas acabem por trair a informação semântica contida no original:

É verdade que muitas vezes, Pound trai a letra do original (para prestarmos tributo ao brocardo *traduttori traditori*); mas, ainda quando o faz, e ainda quando o faz não por opção voluntária mas por equívoco flagrante, consegue quase sempre [...] ser fiel ao ‘espírito’, ao ‘clima’ particular da peça traduzida; acrescenta-lhe, como numa contínua sedimentação de estratos criativos, efeitos novos ou variantes, que o original lhe autoriza em sua linha de invenção. (2006, p.37).

A leitura do trecho supracitado, bem como do ensaio como um todo, permite depreender que o estudioso propõe a ideia de fidelidade à criatividade do texto estético a ser traduzido a qual, para ele, se manifesta, sobretudo, em sua “elaboração formal (sonora, conceitual, imagética)” (*idem*, p.45), que é, por sua vez, mais importante que o “conteúdo” que carrega. Por esta razão, estaria justificado o distanciamento *semântico* entre o original e a tradução criativa.

Como exemplo de tradutor-recriador, Campos também cita Odorico Mendes, discorrendo sobretudo sobre suas traduções de Homero. Afirma que, a despeito de apresentar vícios, a tradução de Odorico demonstra ter apanhado “a vivência do texto homérico” (*idem*, p.39). Elogia a reprodução de melopeias e ressalta como, em sua opinião, de forma bem-sucedida, há trechos de sua tradução em que o maranhense “persegue uma sonoridade grega” (*idem*, p.42), preocupando-se, pois, com o “signo”, ainda que reste prejudicado o “significado”.

Enfim, defende o autor a tradução que, como recriação, apresente um

[...] produto que só deixe de ser fiel ao significado textual para ser inventivo, e que seja inventivo na medida mesma em que transcenda, deliberadamente, a fidelidade ao significado para conquistar *uma lealdade maior ao espírito do original trasladado*, ao próprio signo estético visto como entidade total, indivisa, na sua realidade material (seu suporte físico, que muitas vezes deve tomar a dianteira nas preocupações do tradutor) e na sua carga conceitual. (CAMPOS, 2006, p.47).

Nos anos 80, novos questionamentos surgiram acerca da tradução (BRITTO, 2016, p.21). Em harmonia com as ideias de Campos no que diz respeito à equiparação entre tradução e criação, trabalhos dos Estudos da Tradução, já nesse momento enquanto campo de saber autônomo estabelecido, passaram a questionar a possibilidade da tradução em geral, não apenas a poética, com base em outros fundamentos.

A ideia de que o sentido é um todo único e estável, imanente ao texto foi posta em cheque (BRITTO, 2016, p.20). Passou-se a defender que o texto admite múltiplas leituras, todas igualmente válidas, não sendo possível uma estar mais certa que a outra. A partir desse entendimento, concluiu-se que seria impossível traduzir um texto, cujo sentido não se apresenta único ao leitor. Este desempenharia um papel não meramente passivo na leitura de um texto, mas ativo de forma a construir sentidos à sua maneira, a conjugarem-se com o seu *conhecimento enciclopédico*¹³. Posto isso, e considerando que toda tradução pressupõe uma leitura, como será discutido a seguir, alguns estudiosos da área, como Arrojo (1993), entendem que a tradução deve ser equiparada à criação.

Em decorrência desse entendimento, surgiu também a discussão sobre a invisibilidade histórica do tradutor e “passou-se a enfatizar a importância do texto traduzido como obra literária com valor próprio” (BRITTO, 2016, p.21). Com vistas a alcançar esse fim, alguns teóricos da área, como Venuti (1996), passaram a propor que os tradutores se fizessem visíveis em suas traduções, “introduzindo nos textos que traduzem algumas passagens que surpreendam o leitor – por exemplo, um coloquialismo atual num texto do século XIX – para que o leitor perceba que o que ele está lendo é uma tradução e não o original” (BRITTO, 2016, p.23).

Em oposição a essas ideias, sobretudo, à concepção de tradução como criação, proposta tanto por Campos quanto pelos demais estudiosos mencionados, como Arrojo e Venuti, nos anos 80, há a concepção de tradução como uma versão do texto original em outra língua, para a qual a fidelidade consiste em uma meta central. É defensor dessa concepção o poeta e tradutor Paulo Henriques Britto.

Em seu livro intitulado “A tradução literária” (2016), Britto tece duras críticas às ideias defendidas por estudiosos da tradução principalmente no meio acadêmico, de que: a meta da fidelidade na tradução deve ser descartada, de que o texto traduzido é um texto tão autoral quanto o texto fonte e de que pode ser positivo o tradutor, enquanto autor, deixar marcas autorais, estranhas ao original, em suas traduções de modo a tornar seu trabalho visível e alcançar a valorização do seu ofício.

Quanto à primeira ideia, afirma o autor:

não há e não pode haver uma fidelidade absoluta e incontestada. [...] porém, essa constatação não nos autoriza a concluir que o conceito de fidelidade deva ser descartado. A fidelidade absoluta é uma meta perfeitamente válida,

¹³ De acordo com Azeredo (2012, p.48): “Cada ser humano detém uma diferente soma de informações sobre o mundo (conhecimento enciclopédico), e a motivação comunicativa com que cada um de nós toma parte em um evento ou situação é necessariamente influenciada por tal condição”.

ainda que saibamos muito bem que, como todos os absolutos, ela jamais pode ser atingida. (BRITTO, 2016, p.37).

Nesse sentido, Britto defende que “o tradutor tem a obrigação de se esforçar ao máximo para aproximar-se tanto quanto possível da inatingível meta de fidelidade, e que ele não tem o direito de desviar-se desse caminho por outros motivos” (BRITTO, 2016, p.37), nem sob o argumento de tornar o seu trabalho visível em busca de uma pretensa valorização da classe. Para o autor, esta postura denota uma irresponsabilidade para com os leitores da tradução e exemplifica:

[...] eu não sei alemão, e sou um leitor apaixonado de Kafka. Assim quando leio uma tradução de Kafka em português, quero vivenciar algo semelhante à experiência que tem um leitor de fala alemã quando lê Kafka no original. Anima-me saber que Modesto Carone, o tradutor brasileiro de Kafka, conhece bem o alemão e é um estudioso das obras desse autor; que ele tem consciência de que Kafka escreve seus textos excepcionalmente poéticos num alemão frio e burocrático, e que ele tenta reproduzir esse efeito no português brasileiro. Seu eu soubesse que Carone está interessado em afirmar sua autoria das traduções que publica, e por isso utiliza um português claramente diferente do alemão de Kafka, inserindo nelas coloquialismos brasileiros e referências ao Brasil de agora; ou se eu fosse informado de que Carone discorda veementemente de qualquer tentativa de fazer uma leitura religiosa de Kafka, e por isso elimina ou altera propositalmente toda e qualquer passagem do autor que possa alimentar uma tal leitura – eu simplesmente recorreria a outras traduções de Kafka que não as suas. E nisso eu estaria agindo como agiria praticamente qualquer leitor no meu lugar. As posições radicais de alguns teóricos, que causam frisson nos congressos acadêmicos, se aplicadas ao trabalho prático da tradução literária, levariam a imensa maioria dos leitores a rejeitar as traduções feitas com base nelas. (BRITTO, 2016, p.27).

Cria-se, assim, uma oposição entre os trabalhos ou a teoria desenvolvida dentro do meio acadêmico e a realidade alheia a este. Segundo Britto, quem quer que leia uma tradução deseja ler uma versão do texto, em sua língua de domínio, tão próxima ao texto original que possa afirmar que conhece determinada obra ainda que não domine o idioma em que ela foi originalmente escrita. A partir disso, afirma que “O tradutor responsável é aquele que, com os recursos de que dispõe e com as limitações a que não pode escapar, produz um texto que corresponda de modo razoável ao texto original” (BRITTO, 2016, p.37).

Nega, portanto, que tradução e criação sejam a mesma coisa (BRITTO, 2016, p.27). Retomando, de um artigo de sua autoria intitulado *Tradução e criação* (1999), um exemplo particular de seu fazer tradutório, qual seja, a tradução para o português de um poema escrito originalmente em inglês, e outro exemplo de seu processo criativo, enquanto poeta em língua portuguesa, Britto expõe aquilo em que acredita consistir a diferença entre essas duas

atividades. O tradutor e poeta sustenta que a atividade tradutória consiste em um processo centrípeto, na medida em que ao desempenhá-la ele evita se afastar do texto original, com a intenção de produzir um texto “que pudesse ser lido por leitores de poesia que não dominam o inglês, e que fosse de tal modo análogo ao original que seus leitores, após lê-lo, pudessem afirmar, sem mentir, que haviam lido o poema [...] em questão” (BRITTO, 2016, p. 35). Já a criação, afirma ele, consiste em uma trajetória centrífuga: “em que eu conscientemente evitava uma proximidade excessiva em relação a diversos modelos literários, a fim de encontrar uma voz que me parecesse minha” (BRITTO, 2016, p. 35).

Essa breve explanação permite perceber que refletir sobre tradução é uma tarefa, no mínimo, desafiadora dentro do contexto acadêmico brasileiro. Essas diferentes concepções de tradução, tão discutidas no âmbito teórico, implicam práticas tradutórias bastante diferentes a depender de qual a concepção adotada pelo tradutor. Dialogando com os estudiosos mencionados, o presente trabalho pretende confrontar as questões suscitadas com os conceitos fornecidos pela teoria moderna da linguagem – da linguística saussuriana, seu desenvolvimento por Hjelmslev, à Semiótica em sua vertente francesa – de modo a contribuir para o enriquecimento da reflexão sobre tradução na Área de Clássicas.

3.1.3. A noção de equivalência em tradução

Nos estudos que versam sobre tradução, vasto é o tratamento dado à noção de equivalência. Este parece ser um tema central àqueles que se dedicam ao estudo da atividade tradutória, ainda que seja para negar a sua possibilidade, ou apontar suas limitações. Certo é que após a primeira metade do século XX, muitos teóricos tentaram sistematizar a noção de equivalência em tradução, quase sempre atribuindo-lhe adjetivos de modo a fragmentá-la em uma tipologia bastante heterogênea, mas raramente, como observa Rodrigues (2000, p. 27), explicitando claramente o conceito base do que se entenderia pelo termo em si, ou seja, o que se considera “ser equivalente”. A conceituação do termo parece dispensável, bastando o significado etimológico da palavra “mesmo valor”. Mas o que se entende por *valor*?

A recente obra de Pym denominada *Teorias Contemporâneas da Tradução* (2013) traz um interessante panorama sobre diversos estudos da área que trataram especificamente sobre o tema da equivalência. O autor os divide em teorias da *equivalência natural* e teorias da *equivalência direcional*.

No primeiro caso, explica Pym (2013, p. 48ss), os estudiosos defendem que há uma equivalência natural entre as diferentes línguas na medida em que haveria uma ideia pré-textual, e pré-tradução, que pode ser expressa tanto em uma quanto em outra língua. Em um movimento contrário à ideia estruturalista de que cada língua encerra uma visão de mundo, recortando a realidade cada qual à sua maneira, teóricos que defendem a existência da chamada *equivalência natural* afirmam que anterior à língua preexiste um sentido uno e “desverbalizado” que pode ser expresso por todas as línguas. Dessa forma, a equivalência em tradução decorreria naturalmente, sem dificuldades a serem impostas ao tradutor para quem bastaria, tão somente, ter conhecimento das duas línguas em jogo no processo tradutório e reconhecer a expressão em uma e outra correspondente a esse sentido específico que se quer exprimir.

Em oposição a essa ideia, apresenta Pym outros muitos estudos, agrupados como teorias da *equivalência direcional* que, apesar de diferirem entre si ao estabelecerem suas tipologias específicas de equivalência, defendem que, pelo contrário, não há simetria entre as línguas e que, portanto, não haveria uma *equivalência natural*. Dessa perspectiva, entendem que a equivalência é algo a ser buscado ativamente pelo tradutor que deverá, nessa tarefa de versão de uma língua para outra (eis a direcionalidade), fazer escolhas, priorizar critérios de modo a alcançar um ou outro tipo de equivalência, a depender da tipologia apresentada por cada teórico.

Entre os vários estudos constantes nesse capítulo, destaca-se o do linguista Eugene Nida que, apesar de fazer uso da expressão *equivalência natural* em sua definição de tradução¹⁴, como ressalva Pym, “seu argumento mais abrangente” (PYM, 2013, p. 69) consiste em propor uma dicotomia teórica que opõe *equivalência formal* (que se aterias mais às palavras e estruturas do texto) à *equivalência dinâmica* (que se aterias mais à função das palavras no texto). Nesse sentido, explica o Pym que

Nida [...] poderia olhar para a frase em espanhol “martes 13” e ver que existem dois modos de traduzir: pode ser traduzida como “terça-feira treze” ou como “sexta-feira treze”. A primeira opção seria uma “equivalência formal” (uma vez que copia a forma do que é dito em espanhol); a segunda seria o que Nida designa por “equivalência dinâmica” (já que ativa a mesma função cultural ou uma função muito semelhante). (2013, p. 30-31).

Além de Nida, diversos outros estudos e suas respectivas, e quase incontáveis, tipologias em torno da noção de equivalência em tradução são apresentados por Pym. A partir

da leitura desse panorama tão heterogêneo parece impossível não lembrar de “uma das críticas de Mary Snell-Hornby ao tratamento dado à noção: ‘as tentativas feitas para repensar o conceito, para qualificá-lo e classificá-lo, levaram ao que só pode ser descrito como uma explosiva proliferação de tipos de equivalência’ (1988, p.18-19)” (RODRIGUES, 2000, p. 19).

Rodrigues, por sua vez, também nos apresenta um interessante estudo sobre o vasto tratamento dado à noção de equivalência em seu livro “*Tradução e diferença*” (2000). Com uma categorização diferente da de Pym, a autora observa nos trabalhos sobre o tema “duas tendências: a primeira, dos que buscam a sistematização da noção de equivalência, e a segunda, dos que apontam suas limitações” (RODRIGUES, 2000, p. 20). Na primeira tendência, segundo a autora, os estudos têm como base, em geral, a ciência linguística, enquanto na segunda, “apoiam suas teses principalmente na descrição de traduções literárias” (RODRIGUES, 2000, p. 21).

Ao tratar da primeira tendência, que muito interessa ao presente trabalho na medida em que traria a perspectiva da linguística sobre a noção, a autora também faz referência à teoria de Nida. Mas, é à teoria de Catford que dedica maior atenção. O linguista, tendo definido tradução como “a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)” (CATFORD, 1980, p. 22), reconhece logo no início de sua obra a importância da noção de equivalência em tradução:

O termo equivalente é sem dúvida uma palavra chave e como tal se discute pormenorizadamente adiante. O problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM. *Uma tarefa central em teoria da tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência em tradução.* (CATFORD, 1980, p.23) – grifos nossos.

Diferentemente dos demais teóricos mencionados, Catford não apresenta uma tipologia da equivalência e trata apenas em termos de *equivalência textual*. Por outro lado, apesar dessa introdução em que se compromete a discutir o termo de forma pormenorizada, segundo observa Rodrigues, o linguista se aproximaria dos demais teóricos na medida em que também não fornece uma definição clara e objetiva do conceito *equivalência*:

Os passos dados mostram que Catford não parece julgar necessário definir “equivalência”: sua preocupação é especificar um de seus tipos em particular, a “equivalência textual” ou “equivalência de tradução” em relação à correspondência formal. A palavra ‘equivalente’ parece não precisar de

¹⁴ “A tradução consiste em reproduzir na língua de chegada o equivalente natural mais próximo da mensagem do texto de partida.” (NIDA e TABER, 1969, p.12, *apud* PYM, 2013, p.32).

maiores explicações, já que não é conceitualizada nem parafraseada: é simplesmente repetida [...]. (RODRIGUES, 2000, p.39).

Ao longo de sua obra, Catford recorre muitas vezes ao termo ‘equivalente’, para demonstrar sua teoria, ilustrar exemplos, e se propõe em mais de uma passagem a definir o que entende por equivalente em tradução. No entanto, reconhece-se que é, de fato, difícil depreender a partir da leitura de sua obra uma definição una, clara e objetiva do conceito. Veja-se algumas de suas tentativas:

Um equivalente textual de tradução é, pois, qualquer forma da LM (texto ou porção de texto) *que se observe equivalente* de determinada forma da LF (texto ou porção de texto). [...] são equivalentes de tradução *quando comutáveis em determinada situação*. [...] Dissemos que *ocorre equivalência de tradução quando itens da LF e da LM podem relacionar-se com os ‘mesmos traços da substância’*. (1980, p.29, 54, 57, grifos nossos).

Ainda que assim seja, tal constatação não diminui de modo algum a relevância dos estudos do linguista sobre a noção. Catford, afinal, elabora uma teoria da equivalência em tradução tendo em vista os diferentes níveis linguísticos, dentre os quais faz referência ao fonológico, gramatical e lexical. Defende que a equivalência pode se estabelecer nesses diferentes níveis do texto e se dedica exemplificar como isso se daria considerando cada um deles. Conforme afirma Pym (2013, p.35),

O linguista John Catford (1965) salientou que a equivalência não precisava existir a todos esses níveis simultaneamente, podendo estar “limitada a uma só categoria”. Podemos, assim, tentar encontrar equivalências a nível da fonética de um texto, do léxico, do sintagma, da frase, da função semântica, etc. Catford percebeu que a maior parte da tradução se processa a um ou vários desses níveis pelo que, “ao longo de um texto, a equivalência pode subir ou descer na escala categorial” (1965: 76). Catford propôs, assim, uma teoria da equivalência dinâmica e abrangente. (PYM, 2013, p. 35).

Para além desses teóricos que com frequência têm seus trabalhos mencionados nos tratados sobre equivalência em tradução, estudiosos de outras áreas da linguagem, que não especificamente da área de estudos da tradução, em razão de seu objeto, também acabam por abordar a noção. Na área de clássicas, por exemplo, também se pode verificar a recorrência ao termo equivalência em estudos que versem sobre tradução, e, ainda, de uma perspectiva linguística. Em seus textos intitulados “*Possíveis correspondências expressivas entre latim e português: reflexões na área da tradução*” (2003) e “*Nada pode substituir a língua materna*” (2008), o linguista e latinista Alceu Dias Lima, tratando especificamente da tradução de textos

clássicos latinos, recorre à definição de Joseph Brodsky (1994, p.86) de tradução entre línguas como “a procura de um equivalente, e não de um substituto”. Segundo Lima (2003, p.13-14),

Estabelece-se, nesse conceito de tradução, como critério de verdade, o reconhecimento da unidade do texto a ser traduzida nas suas determinações próprias de texto. Estas vão além, por exemplo, do simples aportuguesamento das frases do passo em língua antiga, postas em confronto com as do vernáculo moderno, numa espécie de simples troca de enunciado por enunciado, entre línguas, pouco importando se uma é antiga, e a outra, não. Com isso, não se cria um novo texto, equivalente ao original, o da língua de partida como propõe Brodsky, a meu ver, com acerto, mas uma espécie de substituto do mesmo, uma vez que, o sentido virtual apreendido continua por conta do original, do qual a dita tradução é apenas um sucedâneo, um *ersatz*, com insistência nas conotações pejorativas do termo. (grifos nossos)

Essa oposição entre equivalente e substituto é bastante interessante, e vai de encontro à definição supracitada de Catford em que coexistem harmonicamente os termos substituição e equivalente. Para Lima (2008, p. 459),

A ideia de um substituto, de procurar um substituto parece implicar a dispensa do original. A de equivalente, a procura de um equivalente o que, ao contrário, supõe é a necessidade sentida de manter o original, de respeito ao original. É como se o tradutor tivesse ou revelasse, ao traduzir, ter consciência de que seu trabalho não é original, mas algo que lhe equivalha. (grifos nossos).

De fato, a própria ideia de equivalência, ainda que entendida meramente a partir do sentido etimológico da palavra, ‘ter igual valor’, pressupõe a existência de um outro ao qual se coloca em relação, pressupõe a alteridade, a existência do duplo. Por outro lado, a ideia de substituto¹⁵ conduz ao apagamento do outro e à sobreposição de um que ocupa o seu lugar. Considerando essa oposição, nos ensina Lima que a tradução compreendida como a “procura de um equivalente” não se propõe autônoma no sentido de constituir-se tal qual um texto autoral de modo a suprimir sua relação com o outro (texto da língua de partida), pelo contrário, sua busca é, também, pela manutenção desse outro¹⁶.

Tomando essa concepção de tradução de Brodsky retomada por Lima, bem como as outras considerações de Lima sobre língua e linguagem para pensar o latim (1995, 2003,

¹⁵ De acordo com Dicionário Houaiss, *substituto* é aquilo “que substitui, que supre”, enquanto *substituição* pode ser definida como “colocação de coisa ou pessoa no lugar de outra; troca”.

¹⁶ Outros estudiosos da Área de Clássicas, como Prado (1999) e Vieira (2007), também se apoiaram na definição de Brodsky para tratar, seguindo os passos de Lima, da questão da equivalência em tradução. Prado, por exemplo, ressalta essa oposição existente entre *equivalente* e *substituto* e afirma que “em proveito da ideia de equivalente, é preciso abandonar a ideia de substituto” (1999, p.4).

2008), em especial sobre a necessidade, defendida por ele, de confrontar antigos conhecimentos aos novos princípios (LIMA, 1995, p. 35), desenvolve-se a seguir uma proposta de compreensão da noção de equivalência em tradução a partir dos ensinamentos fornecidos pela teoria moderna da linguagem, sobretudo a partir da noção de *valor*, apresentada no *Curso de Linguística Geral*.

3.2. FUNDAMENTOS DA TEORIA DA LINGUAGEM

3.2.1. Considerações sobre as noções de forma e substância

Definir *língua* como o objeto de estudo da Linguística, a partir de Saussure, significou uma revolução para os estudos modernos da teoria da linguagem. Em oposição à *fala*, a *língua*, na concepção estruturalista, é um sistema homogêneo de valores puros e diferenciais, instituídos a partir das relações simultâneas que só se observam em uma dada sincronia. No *Curso de Linguística Geral*, já se havia afirmado que “a língua é uma forma, e não uma substância” (2012, p. 169), mas foi Hjelmslev quem se dedicou a discorrer mais detidamente sobre esses conceitos, e ampliar-lhes o alcance, em seu *Prolegômenos a uma teoria da Linguagem*.

Segundo o autor dinamarquês, a linguagem constitui-se de dois planos homólogos e indissociáveis: o plano da expressão e o plano do conteúdo. Cada um desses planos comporta uma *forma* e uma *substância*, e da união entre a *forma da expressão* (significante) e a *forma do conteúdo* (significado) tem-se o signo. Vale dizer que, como observa Longo (2011, p.23), essa definição de signo não se distingue da própria concepção de língua trazida por Hjelmslev (1991, p.48):

uma das definições possíveis (e mesmo, ao nosso ver, a definição mais fundamental) de uma língua, na acepção saussuriana do termo, é a que consiste em defini-la como uma forma específica organizada entre duas substâncias, a do conteúdo e a da expressão – portanto, como uma forma específica de conteúdo e de expressão.

Assim, depreende-se que a *língua*, sistema, assim como o signo, é puramente formal, isto é, corresponde a *uma forma organizada entre duas substâncias*. Conforme explica Longo (2011, p. 24),

A noção de forma equivale, pois, à concepção de estrutura, isto é, a forma é decorrente das relações de oposição que delimitam o sistema e que instituem valores. Já a substância, segundo Hjelmslev, é a parcela material da linguagem, que decorre da ordenação, articulação e formalização do sentido.

A compreensão dos conceitos de *forma* e *substância* é fundamental para entender o funcionamento do sistema linguístico. Enquanto a forma se constitui uma entidade autônoma de relações internas opositivas e negativas (s.v. estrutura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.183), a substância compreende o *sentido* ordenado, articulado pela forma, o *sentido*

enformado. Sendo assim, é certo afirmar que a existência da substância depende exclusivamente da forma, de modo que “não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente” (HJELMSLEV, 2013, p.55). Como explica o linguista dinamarquês (2013, p.61),

é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua.

A superfície contínua de que fala o linguista dinamarquês é o *sentido*, definido por ele como massa amorfa, comum a todas as línguas e “ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas” (HJELMSLEV, 2013, p.56). Todas as línguas, enquanto formas, ou estruturas, ordenam o *sentido*. Esse princípio de formação é comum a todas elas, mas é na execução desse princípio comum que elas se diferem:

Nas línguas, semelhanças e diferenças pertencem àquilo que, com Saussure, denominamos de forma, e não à substância que é formada. *A priori*, talvez se poderia supor que o sentido que se organiza pertence àquilo que é comum a todas as línguas e, portanto, às suas semelhanças; mas isto é ilusão, pois ele assume sua forma de maneira específica em cada língua; não existe formação universal, mas apenas um princípio universal de formação. O sentido, em si mesmo, é informe, isto é, não está submetido, em si mesmo, a uma formação, mas é suscetível de uma formação qualquer. Se há limites aqui, eles estão na formação e não no sentido. (HJELMSLEV, 2013, p.79).

A forma recorta o *sentido*, cada forma à sua maneira, instituindo-lhe valor e fazendo surgir a substância, que, pode-se dizer, nada mais é que o *sentido enformado* desse modo particular. Por essa razão, é um equívoco dizer que a substância coincide de língua para língua. A substância manifesta a forma. Sendo assim, apesar do *sentido*, massa amorfa, ser um contínuo único, a “ausência de concordância no interior de uma mesma zona de sentido encontra-se em toda parte” (HJELMSLEV, 2013, p.59).

É comum ilustrar essa questão – da ausência de concordância entre as diferentes línguas quanto a uma mesma zona de *sentido* – tomando exemplos do nível lexical, principalmente no que diz respeito ao modo como cada uma organiza o *sentido* no tocante ao espectro das cores¹⁷. Mas, também pode-se tomar como exemplo, do nível fonológico, a questão da duração das vogais, tendo como referência a língua latina e a língua portuguesa. Na língua dos antigos romanos, o prolongamento ou o não prolongamento das vogais

¹⁷ Conforme pode ser verificado em Lopes, 2008, p.22.

manifesta-se como substância, na medida em que a *forma* organizou o *sentido* amorfo instituindo *valor*, puro e diferencial, a esse traço, de modo que o falante natural o reconhecesse como distintivo nas manifestações em latim, i.e., como forma. Em contrapartida, esse mesmo traço, ou zona do *sentido*, não foi organizado ou articulado pela língua portuguesa, não foi *enformado*, de modo que sequer constitui substância (porque não há forma a ser manifestada), a ponto de os falantes naturais dessa língua não reconhecerem *valor*, isto é uma diferença que vá além daquela fisicamente apreensível, entre a pronúncia de uma vogal com maior ou menor tempo de prolação.

É desse modo que uma mesma zona de *sentido* é organizada e recortada de maneira diferente em cada língua: em uma, determinado traço não é ordenado pela forma e, portanto, não adquire *valor* de modo a não ser passível de reconhecimento, como dado distintivo, pelos falantes da sua respectiva comunidade linguística; em outra, por sua vez, esse mesmo traço pode ser distintivo, constituir um dado formal que se manifesta na substância, de modo a ser reconhecido e percebido pela comunidade de falantes. Isso varia de *língua* para *língua* e, assim, de sociedade para sociedade. O *valor*, ou a instituição de valor pela forma, se funda na cultura de um povo. Afinal, a *langue*, como classificou Saussure, é a parcela social da linguagem.

3.2.2. Significação e valor

Um 'signo' funciona, designa, significa. Opondo-se a um não-signo, um 'signo' é portador de significação.
Hjelmslev, 2013, p.49

A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral.
Saussure, 2012, p.160

O conceito de significação é delimitado no capítulo IV da segunda parte do *Curso de Linguística Geral*, que se dedica, principalmente, à noção de *valor*. A delimitação desses dois conceitos se faz de extrema importância para esclarecer que significação e valor não se confundem, mas se pressupõem.

Explica Saussure (2012, p.162) que

[os valores] são sempre constituídos:
1º - por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar;

2º - por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa.

[...] uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: outra palavra. *Seu valor não estará fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser 'trocada' por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação*; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. *Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação, como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente.*¹⁸ (grifos nossos).

Depreende-se desses ensinamentos que a *significação*, ou semiose como também denominada no *Curso*, compreende a associação entre uma *forma de expressão* (significante) e uma *forma de conteúdo* (significado). No entanto, fato é que para delimitá-la, como posteriormente elucidou Hjelmslev, faz-se necessário adentrar no domínio da substância, sobretudo da substância do conteúdo (1991, p.122).

Assim, afirmar que um signo significa alguma coisa, ou seja, dispor-se a delimitar a sua significação é evocar a substância do conteúdo correspondente e, portanto, realizar “uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma ideia da realidade, mas em nenhum caso exprime o fato linguístico na sua essência e na sua amplitude” (SAUSSURE, 2012, p.164).

Esse fato da relação entre o significante (forma da expressão) e o significado (forma do conteúdo), a que se chama de significação, quando tenta ser apreendida, apontar para “alguma coisa”, que é entendida como sendo a substância do conteúdo, remonta à função representativa do signo. Mas que não se confunda: a delimitação da significação evoca a ordem da substância, enquanto a própria significação e o signo linguístico continuam a ser puramente formais. Toda significação pressupõe uma forma e, portanto, um valor (LONGO, 2011, p. 38). Por isso, compreensível que a noção de significação esteja inserida, no *Curso*, dentro do capítulo que trata sobre o *valor*, em que é apresentada como um aspecto deste, sem o qual ela não poderia existir¹⁹.

¹⁸ No *Curso*, deixa-se claro que, para explanação da teoria, muitas vezes se recorre à *palavra* por sua concretude e materialidade, mas também frisa-se que o que se diz da *palavra* vale para os demais elementos do sistema linguístico (2012, ver p.160 e 163). No presente trabalho, tal opção também será feita algumas vezes, sempre visando atingir maior clareza.

¹⁹ Sabe-se que 8 décadas após a publicação do *Curso de Linguística Geral*, veio à luz um conjunto de manuscritos saussurianos descobertos em uma propriedade da família em Genebra. Nesse material, organizado no volume *Escritos de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2004), chama a atenção uma passagem em que o linguista destaca: “Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego*, nem mesmo com a *ideia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*,

Leitor do mestre genebrino, Hjelmslev, retomando a distinção entre significação e valor, e reforçando os conceitos de forma e substância, observa:

Parece justo que um signo seja signo de alguma coisa e que essa alguma coisa seja de algum modo exterior ao próprio signo; é assim que a palavra *bois* (madeira, lenha, bosque) é signo de um tal objeto determinado na paisagem e, no sentido tradicional, esse objeto não faz parte do signo. Ora esse objeto da paisagem é uma grandeza relevante da substância do conteúdo, grandeza que, pela sua denominação, liga-se a uma forma do conteúdo, sob a qual ela se alinha com outras grandezas da substância do conteúdo [...]. O fato de que o signo é signo de alguma coisa significa, portanto, que a forma do conteúdo de um signo pode compreender essa alguma coisa como substância do conteúdo. [...] Dever-se-ia dizer [...] que um signo é signo de uma substância da expressão: a sequência de sons [bwa], enquanto fato pronunciado *hic et nunc*, é uma grandeza que pertence à substância da expressão que, em virtude apenas do signo, se liga a uma forma da expressão sob a qual é possível reunir outras grandezas da substância da expressão (outras pronúncias possíveis, por outros interlocutores ou em outras ocasiões, do mesmo signo). [...] o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substância de conteúdo e de uma substância da expressão. É nesse sentido que se pode dizer que o signo é signo de alguma coisa. (2013, p.61-62).

Assim, de acordo com o autor dos *Prolegômenos*, quando se delimita a significação de um signo, isto é, ao dizer que esse signo *significa* alguma coisa, essa alguma coisa nada pode ser senão a substância do conteúdo a ele associada²⁰. “Ora, colocando essa afirmação em paralelo com aquela de Saussure, poder-se-ia inferir que trocar um signo por algo dessemelhante, ou seja, por aquilo que não é o próprio signo, é entrar no domínio da substância do conteúdo” (LONGO, 2006, p.61).

Frise-se que “a substância do conteúdo de uma língua não é nunca idêntica à substância do conteúdo de outra língua” (LONGO, 2006, p.63), uma vez “não existe formação universal, mas apenas um princípio universal de formação” (HJELMSLEV, 2013, p.79). Em outras palavras, cada língua recorta o sentido (todo amorfo) à sua maneira, revestindo-o de *valor*, e, também, de uma *significação*, que se apreende a partir de uma contraparte a que se chama de substância.

por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*” (SAUSSURE, 2004, p.30). Ao comentar essa passagem, considerando o conjunto de manuscritos de Saussure, Depecker (2012, p.78-9) ressalta que a afirmação “*uma forma não significa, mas vale*” é determinante para compreender que para o linguista significação não se confunde com valor: a significação é resultante do valor e o valor são as diferenças que permitem delimitar a significação. Vê-se assim, que as reflexões do mestre genebrino, trazidas pela publicação de seus manuscritos, não invalidam as ideias expostas no *Curso* e, portanto, não comprometem as discussões aqui empreendidas.

²⁰ Que não se confunde com o objeto da paisagem (referente) que, por sua vez, “é uma grandeza da substância do conteúdo e não a própria substância” (LONGO, 2006, p.61).

Mas enquanto a delimitação da significação pressupõe a troca do signo por coisa dessemelhante, compreender o valor linguístico pressupõe a troca do signo por outro signo (coisa semelhante) com o qual estabelece uma relação de oposição na medida em que um só existe porque existe o outro do qual se diferencia.

Antes mesmo do Capítulo IV do *Curso*, dedicado expressamente à noção de *valor*, esse conceito tão essencial da teoria já havia sido apresentado. Na conhecida analogia com o jogo de xadrez (SAUSSURE, 2012, p. 130), explicara-se que “O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos”.

Isso significa que os elementos da língua, compreendida como forma, não se definem positivamente, ou isoladamente, pelo contrário, “sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2012, p.164). Quando se toma a *língua*, nessa concepção formal, por objeto, nada interessa à análise senão as relações, de oposição, que um signo estabelece com os demais, dentro do sistema, instituindo-lhe valor, puramente diferencial (opositivo e negativo).

Para empreender tal análise, é essencial o ponto de vista sincrônico: só se podem observar essas relações entre termos num dado estado de língua, afinal “o valor de um resulta somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2012, p.161), de modo que “a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos” (SAUSSURE, 2012, p.121-122).

Não há como identificar o *valor* de um termo considerando-o do ponto de vista evolutivo, ou diacrônico, isso porque “O tempo que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos” (SAUSSURE, 2012, p.114). As relações de oposição são outras em outros estados de língua, e assim por diante, isso porque a língua é antes de tudo uma instituição social. Assim, para analisar o que, com o *Curso de Linguística Geral*, se entende como *língua*, conceito elaborado a partir do ponto de vista sincrônico, abstrai-se a passagem do tempo e limita-se a um dado estado momentâneo, que permite observar o sistema enquanto totalidade que encerra em si mesma um conjunto de valores puros e diferenciais.

É importante ressaltar que todos os elementos de uma língua são revestidos de *valores*, que, repita-se, são essencialmente opositivos e negativos. Todo termo se define por ser o que os demais não são, de modo que não existem termos que compartilhem o mesmo *valor*. No nível material da linguagem verbal, por exemplo, isso significaria dizer que não existem

sinônimos absolutos, se há mais de uma palavra para designar uma ideia que, à primeira vista, parece a mesma, adverte-se: “No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como recear, temer, ter medo só tem valor próprio pela oposição” (SAUSSURE, 2012, p.163). *Recear* se opõe a *temer*, não tanto pela ideia que um ou outro exprime, ou seja, pela descrição da significação, que muitas das vezes pode coincidir, mas pelo *valor*: por exemplo, diz-se “temer a Deus”, mas não se diz “recear a Deus”. A troca das palavras recear e temer por coisa dessemelhante (ideia) pode até se aproximar, quando tomadas como unidades isoladas, considerando apenas a semiose interna ao signo; mas o *valor* de uma não se confunde com o *valor* da outra, nesse sentido essas duas palavras se opõem, na medida em que o concurso do que existe fora delas determina-lhes diferenças que não se absorvem, caso contrário uma delas não existiria no sistema.²¹

À vista disso, é possível afirmar que a diferença entre as línguas repousa no *valor*, não na significação. Como exemplificado no *Curso* (2012, p.162-163),

O português carneiro ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mouton*, e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou carneiro se deve que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa.

Em outras palavras, “o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (SAUSSURE, 2012, p.163). Além disso, faz-se necessário não perder de vista que *valor* se constrói particularmente à forma. A forma se projeta sobre o *sentido*, delimitando-o e revestindo-o de valor, de modo que se manifesta na substância. Sendo assim, cada forma institui valores particularmente, sendo também verdade que não há correspondência exata de valores entre diferentes sistemas, ou diferentes línguas (SAUSSURE 2012, p.163).

3.2.3. Os sistemas semióticos e o texto verbal

a teoria não pode limitar-se a dar-nos meios de reconhecer um determinado objeto; ela deve, além

²¹ Lembre-se: assim como no *Curso*, “Não podendo captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua, trabalharemos com as palavras” (2012, p.160), mas “O que se disse das palavras aplica-se a qualquer termo da língua” (2012, p.163).

disso, ser concebida de modo a permitir a identificação de todos os objetos concebíveis da mesma natureza que o objeto dado.

Hjelmslev, 2013, p.19

toda significação pressupõe uma forma

Longo, 2011, p.38

A concepção hjelmslevina de sentido, forma e substância, bem como seus ensinamentos sobre o princípio de formação e sua execução, nos permitem afirmar que uma vez que se reconhece significação num dado objeto, há *forma*, ou seja, há uma estrutura de organização, um sistema semiótico.

Isso porque, se é possível reconhecer significação num dado objeto, isso não pode ser senão em razão de uma formalização que cria uma substância, que nos é acessível. Afinal, o sentido, contínuo amorfo, como ensinou Hjelmslev (2013, p.79) “é, em si mesmo, inacessível ao conhecimento, uma vez que a condição de todo conhecimento é uma análise, seja qual for sua natureza. Portanto, o sentido só pode ser reconhecido através de uma formação, sem a qual ele não tem existência científica”.

Sendo assim, reconhecer significação implica estar diante de uma substância, do sentido organizado, articulado, *enformado*, cuja existência depende exclusivamente de uma forma que lhe institui *valor*. Esse entendimento nos permite reconhecer novos sistemas de significação para além da língua natural, estruturas que, se de um ponto de vista são *substância*, de outro constituem-se *forma* (HJELMSLEV, 2013, p.83).

Para o autor dos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, a língua natural é apenas um dos sistemas de significação, ou semióticas, existentes na cultura humana. É, entretanto, o sistema de significação de primeiro grau, ou, a semiótica denotativa a partir da qual demais semióticas se apresentam como sistemas de significação de segundo grau, ou semióticas conotativas.

No último capítulo da obra, o linguista dinamarquês identifica as línguas naturais como sendo semióticas denotativas que se constituem “semióticas das quais nenhum dos planos é uma semiótica”, ou seja, semióticas biplanas, em que um plano de expressão corresponde a um plano de conteúdo. Em oposição, o autor apresenta-nos o conceito de semióticas conotativas²², que são semióticas das quais um dos planos, o da expressão, é uma semiótica, ou, em suas palavras, “Uma semiótica que não é uma língua e cujo plano da

²² Hjelmslev também apresenta o conceito de metasemiótica, que não será pertinente para a discussão que aqui se propõe, razão pela qual optou-se em não abordá-lo.

expressão é constituído pelos planos do conteúdo e da expressão de uma semiótica denotativa” (HJELMSLEV, 2013, p.125). Constituindo-se, pois, semióticas pluriplanas.

O texto verbal é um exemplo de semiótica conotativa, cujo plano de expressão comporta a semiótica denotativa, qual seja, a língua natural. Mas não só. Tanto um texto verbal, quanto um romance, a obra de um autor (compreendida como conjunto de suas produções) ou a língua são sistemas semióticos na medida em que produzem significação, mas, a língua é, além de semiótico, um sistema linguístico, ou denotado, enquanto os textos, embora não sejam sistemas linguísticos, porque não denotados, são sistemas semióticos de significação, por sua vez, conotados. Importante observar que não ser linguístico (no sentido estrutural do termo), não significa não ser formal. Todos os sistemas semióticos são formais, independentemente se biplanos, como é o caso das línguas naturais, ou pluriplanos, como é o caso do texto verbal.

“Dentro desses limites, é de toda conveniência observar, antes de mais, que se o discurso conotado é uma semiótica, será possível descrevê-lo como uma rede de dependências tal como se faz para a língua natural.” (LIMA, 1992, p.99). Em outras palavras: se o texto verbal, que é o objeto pelo qual se interessa a reflexão teórica que aqui se propõe, é um sistema semiótico de significação, e, portanto, *forma*, é certo compreendê-lo à luz da concepção hjelmslevina de estrutura enquanto “uma entidade autônoma de relações internas, constituídas em hierarquias”, ou, ainda, “uma rede relacional, cujas intersecções constituem os termos” (s.v. estrutura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.183), assim como se faz para a língua.

Compreender o texto verbal como sistema semiótico, pois, significa compreender que “as línguas naturais são de tal natureza que permitem a produção de linguagens – textos – delas derivados e construídos conforme uma estrutura – rede de dependências, hierarquia – homologável à das línguas naturais, das quais derivam” (LIMA, 1992, p.95). Por isso a noção tão recorrente nos tratados de semiótica francesa de texto como “uma estrutura, no sentido de que ele é um todo organizado de sentido, que é composto por procedimentos linguísticos próprios” (FIORIN, 2012, p.146).

O conceito de *sistema*, que no *Curso de Linguística Geral* é vinculado apenas à *língua*, é ampliado por Hjelmslev, de modo a poder ser aplicado a outros objetos de mesma natureza, qual seja semiótica, ressalvadas as diferenças no que se refere à constituição planar de cada um. Sendo assim, um texto, enquanto sistema semiótico, pode ser entendido como um sistema de valores, uma estrutura formada por relações de oposição, homologável à *língua* na medida em que compreendida como *forma* dotada “de uma organização interna que lhe é própria”

(s.v. estrutura. GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.183), ou, em termos saussurianos, como um *sistema* cujos signos são revestidos de um *valor* a partir da relação de oposição que estabelecem com os demais, numa dada sincronia.

Mas além de ser um *sistema semiótico*, o texto pode ser também reconhecido como *signo* de um *sistema semiótico* mais amplo. Neste sistema, o texto, por sua vez, estabelece relações de oposição com outros textos – *signos* – que participam dessa mesma estrutura, adquirindo, assim, *valor*. Afinal, como também explica Hjelmslev (2013, p.132): “Todo sistema é uma totalidade que se basta a si próprio; no entanto, nenhuma totalidade está isolada. Catálise sobre catálise obrigam a ampliar o campo visual até que se chegue a levar em conta todas as coesões”.

O texto compreendido como sistema, ou seja, como uma totalidade, encerra em si uma *rede relacional própria e autônoma cujas intersecções constituem os termos* (s.v. estrutura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.183), todavia esse mesmo texto-totalidade estabelece relações de oposição com outros textos-totalidade, figurando como *signo* de outro *sistema semiótico pluriplanar* mais amplo. Dessa forma, o texto constitui-se signo cujo *valor* se define a partir das relações de oposição que estabelece com os demais signos dentro desse sistema semiótico mais amplo.

Por exemplo, um epigrama de Marcial, poeta romano do sec. I. d.C., é “uma entidade autônoma de relações internas, constituídas em hierarquias” (s.v. estrutura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.183), um sistema cujos elementos se relacionam entre si adquirindo, assim, um *valor* dentro da sua organização interna que lhe é própria enquanto texto-totalidade, mas, não só: para além disso, ao estabelecer *relações de oposição* com outros textos que integram uma mesma sincronia comum, cujo recorte compreenda a Literatura Latina, por exemplo, o texto latino de Marcial, por sua vez, é revestido de um *valor*, puramente diferencial, enquanto signo dessa totalidade à sua sobreposta.

Tomando a Literatura Latina como *sistema semiótico*, ou totalidade, e os textos que a integram como *signos*, o texto de Marcial, por exemplo, é revestido de um *valor* a partir da relação de oposição que estabelece com os demais como, por exemplo, o texto de Catulo, ou o texto de Horácio. O texto de Marcial, assim como o de Catulo e o de Horácio são revestidos, cada qual, de *valores*, “que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2012, p.164).

No processo de tradução, ampliar o campo visual e enxergar o texto tanto como uma semiótica, de *organização interna que lhe é própria*, quanto como elemento – *signo* – de

outro sistema semiótico que, por sua vez, é composto por outros textos que são revestidos de *valor* a partir da relação de oposição que estabelecem com os demais, pode se mostrar bastante pertinente na busca por um equivalente. É isso que se buscará demonstrar no capítulo III, em forma de análise, tomando como exemplos textos latinos e algumas de suas respectivas traduções para a língua portuguesa.

3.3. A TRADUÇÃO DO TEXTO CLÁSSICO LATINO À LUZ DA TEORIA DA LINGUAGEM

3.3.1. Uma concepção linguística de tradução

Compreende-se, no presente trabalho, por tradução “a atividade cognitiva que opera a passagem de um enunciado dado em outro enunciado considerado como equivalente” (GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.508), ou nas palavras de Brodsky, recuperadas por Lima (2003), como “a procura de um equivalente” (BRODSKY, 1994, p.86). De fato, o termo equivalência em tradução, é muitas vezes tomado como sinônimo de “igualdade”, ou, como demonstrado anteriormente, de forma um tanto vaga de modo que não se define o que se entende por “ter igual valor”. Entretanto, vale ressaltar, desde já, que o que aqui se entende por equivalente não se confunde com igual, muito menos com substituto como já observaram Brodsky (1994) e Lima (2003). Como será mais especificamente desenvolvido a seguir, a proposta do presente trabalho é compreender a equivalência em tradução à luz da noção saussuriana de *valor*.

Mesmo porque, subjaz à toda a reflexão aqui empreendida a concepção saussuriana de língua como um sistema de valores, puros e opositivos. Vale destacar também que o foco do presente trabalho é discorrer sobre a tradução que tenha como objeto os textos clássicos legados pelos antigos romanos, falantes naturais do latim, de modo que, nessa busca pela equivalência, estejam em relação a língua latina (como língua de partida) e a língua portuguesa (como língua de chegada).

Outra observação que se faz importante consiste em ressaltar a diferença latente entre processo e produto. Como foi dito, compreende-se, aqui, tradução como “a procura por um equivalente”, a partir da noção estrutural de valor. A tradução é tomada do ponto de vista do processo, da atividade tradutória, em que, por sua vez, não se deve perder de vista reflexões sobre língua, significação e valor, para proceder à análise do objeto a ser traduzido e as possibilidades de estabelecer um equivalente na língua de chegada. No entanto, atestar que o produto da tradução, que seria o texto finalmente estabelecido na língua de chegada, é de fato plenamente equivalente ao texto de partida, é coisa muito diferente. O valor de um texto não se limita a aspectos meramente linguísticos, ou poéticos, o valor de um texto se constrói a

partir de diversos sistemas de significação sobrepostos que o revestem enquanto objeto de significação e que vão além da língua e da poética²³.

Feitas tais considerações, impõe-se a necessidade de voltar à definição de tradução como a “procura por um equivalente” uma vez que ela carrega alguns pressupostos que merecem ser explicitados.

O primeiro pressuposto de tal concepção é o de que a tradução entre diferentes línguas naturais é possível, ou, de que os sistemas de significação, apesar de diferentes, não são impenetráveis, como já sustentou Jakobson (2003, p.67). Não se nega, como já se expôs no Capítulo I, que “cada língua é uma forma de interpretar a realidade” (FIORIN, 2015, p.16), mas isso não significa que seja absolutamente impossível a comunicação daquilo que se diz em uma língua em outra. A realidade prática inclusive não permitiria dizer o contrário. Note-se que os próprios estudiosos que defendem a tese da impossibilidade da tradução entre diferentes línguas se valem de estudos que não foram escritos originalmente em sua língua materna para fazê-lo. Assim, acreditar na incomunicabilidade entre diferentes línguas e culturas seria no mínimo paradoxal, na medida em que significaria a negação da tradução.

E mais, como o presente trabalho considera, em especial, a tradução de textos da Literatura Clássica Latina para a língua portuguesa, esse pressuposto da possibilidade da tradução também se estende à tradução literária, ou à tradução de textos estéticos, como denomina Campos (2006). Como já exposto anteriormente, em seu famoso ensaio “Da tradução como criação e crítica”, o poeta reconhece que a informação estética, característica dos textos literários, em especial da poesia, “Em outra língua será uma outra informação estética” (CAMPOS, 2006, p.33). De fato. Em outra língua, há sempre outra informação estética, outros significados, um outro texto. Ocorre que Campos usa tal constatação como argumento para admitir a impossibilidade da tradução de textos estéticos: uma vez que em outra língua, será sempre uma outra informação estética, é impossível traduzir. Ora, tal conclusão só faz sentido quando se compreende a tradução como a busca pela igualdade, como o estabelecimento de um texto pretensamente igual ao texto-fonte.

Por outro lado, compreendendo a tradução como a “procura por um equivalente”, que não se confunde com igual, como já pontuado, a constatação de que será sempre uma outra informação estética não implica a impossibilidade do traduzir, pelo contrário, tal constatação

²³ Em especial quando se trata dos textos latinos, vale destacar o que adverte Lima: “fica o acesso à língua de Roma dificultado pelos subsistemas muito sofisticados a que está sujeita a arte de escrever, já de si conservadora, arcaizante e elitista em seu preceituário antigo: o da métrica, de base quantitativa; o da prosódia, mais teórica no ensino do que prática como deveria ser; o da estilística e o da retórica, de cujo domínio se deve dar provas antes e independentemente de estarem confirmados talento e vocação para a poesia e a oratória.” (LIMA,1995, p.97).

convive em absoluta harmonia com a possibilidade do traduzir. Afinal, como será explicado adiante, equivalência não é igualdade, ou, em outras palavras, ser equivalente não significa ser igual. Nesse sentido, embora, o presente trabalho se aproxime de Campos quanto à premissa em que se reconhece a inevitabilidade da alteridade, afasta-se quanto à sua implicação.

Em segundo lugar, a concepção de tradução aqui apresentada pressupõe que seja possível o tradutor enquanto leitor se propor a buscar uma fidelidade em relação ao texto a ser traduzido. Nesse sentido, ainda que se compreenda que a fidelidade absoluta é impossível, isso não implica, como adverte Britto (2016), a impossibilidade absoluta de algum grau majoritário de fidelidade.

Em outras palavras,

Não há como negar que é impossível uma tradução seja absolutamente fiel a um original, por todos os motivos enumerados pelos tradutólogos: um mesmo original pode dar margem a uma multiplicidade de leituras diferentes, sem que tenhamos um meio de determinar de modo absolutamente inquestionável qual delas seria a correta; o idioma do original e o da tradução não são sistemas perfeitamente equivalentes, de modo que nem tudo o que se diz num pode ser dito exatamente do mesmo modo no outro [...]. Ou seja: não há e não pode haver uma fidelidade absoluta e inconteste. Mais uma vez, porém, essa constatação não nos autoriza a concluir que o conceito de fidelidade deva ser descartado. (BRITTO, 2016, p.37-38).²⁴

Compreende-se que o sentido de um texto não é todo único e estável, como faziam parecer as teorias essencialmente imanentistas, dos formalistas russos, por exemplo. Não se ignora que um mesmo texto comporta diferentes leituras, a depender do tempo em que é lido, bem como do leitor que o lê, inevitavelmente afetado por aquilo que Azeredo (2012) denomina sua competência enciclopédica, ou, em outras palavras, sua bagagem sociocultural. E, se toda tradução pressupõe uma leitura, também é inegável que compõe esse processo um primeiro fazer interpretativo subjetivo do tradutor que, sem dúvida, se reflete no seu fazer produtor, de elaboração do texto na língua de chegada (produto da tradução). Como ensina Greimas,

É na qualidade de atividade semiótica que a tradução pode ser decomposta em um fazer interpretativo do texto *a quo*, de um lado, e em um fazer produtor do texto ad quem, de outro. A distinção dessas duas fases permite assim compreender como a interpretação do texto *a quo* (ou a análise implícita ou explícita desse texto) pode desembocar seja na construção de

²⁴ Vale deixar claro que o que Britto entende como “equivalente” não se confunde com a compreensão adotada no presente trabalho: da mesma forma que, conforme já se pontuou, equivalência não se confunde com igualdade, também não consiste em dizer “exatamente do mesmo modo”.

uma metalinguagem que procura explicá-lo, seja na produção (no sentido forte do termo) do texto *ad quem*, mais ou menos equivalente — uma decorrência da não-adequação dos dois universos figurativos — ao primeiro. (2013, p.509).

No entanto, também não se há de negar que em cada texto há uma organização, ou estruturação, base do sentido a partir da qual diferentes leituras podem ser construídas. Nesse sentido, ensina Fiorin (2018, p.112) que “Quando se diz que um texto está aberto para várias leituras, isso significa que ele admite mais de uma e não toda e qualquer leitura”. Afinal, o texto nada mais é que um ato de fala e, nesse sentido, uma manifestação do sistema língua, que se funda na coletividade para fins não outros que possibilitar trocas intersubjetivas, ou a comunicação.

3.3.2. Leitura e tradução

Frequentemente os textos dizem mais do que o que seus autores pretendiam dizer, mas menos do que muitos leitores incontinentes gostariam que eles dissessem.

Eco, 2015, p. 81

Toda tradução pressupõe uma leitura. O tradutor é, em primeiro lugar, leitor da língua fonte, e também da língua de chegada. Compreende-se, inicialmente, por leitura “uma atividade primordial cujo resultado é correlacionar um conteúdo a uma expressão dada e transformar uma cadeia de expressão em uma cadeia sintagmática de signos” (s.v. leitura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.281). No entanto, para a reflexão que aqui se propõe, essa definição não se mostra suficiente. Conceituar leitura pode parecer simples em um primeiro momento; para os leigos, que não se dedicam ao estudo teórico e específico da linguagem, pode parecer, inclusive, um tanto óbvio. Mas não é.

Muito se desenvolveu nos estudos da linguagem em torno da noção de leitura e, em especial, em torno do papel do leitor. Como bem observado no Dicionário de Semiótica (s.v. leitura, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.282), “A questão, frequentemente levantada a propósito da leitura, é saber se um texto dado é suscetível de uma única leitura, de leituras múltiplas ou de uma leitura plural (R. Barthes)”.

A partir dos anos 60, o fortalecimento das teorias da recepção trouxe à tona essa discussão em torno da leitura e do leitor. Como aponta Eco (2015, p. 4),

como reação: (i) aos enrijecimentos de certas metodologias estruturalistas que presumiam poder investigar a obra de arte ou o texto na sua objetividade de objeto linguístico; (ii) à natural rigidez de certas semânticas formais anglo-saxônicas, que pretendiam abstrair de toda situação, circunstância de uso ou contexto no qual os signos ou os enunciados fossem emitidos – era o debate entre semântica de dicionário e semântica de enciclopédia; (iii) ao empirismo de algumas abordagens sociológicas [...],

estudiosos da recepção passaram a questionar se o papel desempenhado pelo leitor na leitura de um texto seria meramente passivo, ou seja, se estaria o leitor fadado a apenas apreender o sentido do texto construído pelo autor, ou se o ato de leitura comportaria uma função ativa, em que o leitor construiria ele próprio sentidos, novos e inéditos, a partir da leitura, de acordo com a sua própria bagagem cultural, de modo que o texto fosse aberto a tantas interpretações quantas fossem as construídas pelos seus leitores.

Dessas décadas em diante, pendeu-se excessivamente para a iniciativa do leitor (ECO, 2015, p. 9). Estudos dedicaram-se a demonstrar a abertura infinita do texto e que cada leitor poderia interpretá-lo de uma forma, ou mais, as quais poderiam, inclusive, se distanciar, e muito, do sentido que pretendeu dar-lhe originalmente o autor, sentido ao qual aliás seria impossível ter acesso.

Como observa Eco (2015, p. 9), esses estudos apresentam um momento da teoria em que “as várias práticas de desconstrução deslocam ostensivamente a tônica para a iniciativa do destinatário e a irredutível ambiguidade do texto, de tal forma que o texto se torna puro estímulo para a deriva interpretativa”. Teóricos, filiados ao desconstrutivismo latente, passaram a defender a natureza antiessencialista do sentido, o que significa dizer que o sentido do texto não se encontra no texto, ou melhor, que não se pode acessar o *sentido do texto* tal qual o autor lhe quis atribuir. Desse modo, entendem que cabe ao leitor, legitimado por sua liberdade interpretativa, construir o sentido, ou sentidos, do texto, levando em conta o seu conhecimento de mundo; e que, assim, todas as interpretações de um mesmo texto seriam igualmente válidas, não podendo haver uma mais válida que a outra.

Reconhece-se que o sentido do texto tal qual o autor quis lhe atribuir não é acessível à leitura, como o queriam as correntes da crítica literária que se pautavam no que Eco chamou de *intentio auctoris*. Entretanto, dizer que o texto, já produzido e independente do seu autor, não contém, de *per si*, nenhum sentido próprio, nenhuma mensagem nele inscrita, ou ao menos, indicações de sentido que guiem e limitem as leituras dele a serem feitas parece, no mínimo, ignorar o fundamento primeiro da linguagem, em especial da linguagem verbal, de possibilitar trocar intersubjetivas, ou seja, de comunicar.

Ocorre que em todos esses casos existe alguém (que chamaremos de emissor) que ‘transmite’ alguma (que chamaremos de mensagem, ou, de maneira mais técnica) a algum outro (que chamaremos de destinatário). [...] A operação pode ter mais ou menos sucesso [...]. A situação de base, porém, é de transmissão pura e simples [...]. (VOLLI, 2015, p.18-19).

Uma vez que o fundamento primeiro da linguagem é a comunicação, não se pode admitir a ideia de que qualquer ato de fala, mas em especial de que um texto dado, tenha uma abertura infinita, isto é, que possibilite inúmeras e diferentes interpretações a depender do leitor, não sendo possível avaliar nenhuma delas objetivamente, vez que não existiria um *sentido do texto*. Admiti-lo seria dizer que é impossível garantir a efetiva troca intersubjetiva, o que se configura, no mínimo, incompatível com a vida em sociedade, com a condição do homem como ser social. Não se pode esquecer que o texto, enquanto manifestação da linguagem, é também um ato de comunicação e, como já alertava Jakobson em seu *Essais de linguistique generale* (apud ECO, 2015, p. 6), “As pesquisas que tentaram construir um modelo de linguagem sem qualquer relação com o locutor e o ouvinte, e assim hipostatizam um código separado da comunicação efetiva, correm o risco de reduzir a linguagem a uma ficção escolástica”.

Isso não significa dizer que o texto contém um sentido único e estável, que o emissor quis lhe atribuir, a ser passivamente apreendido pelo receptor-leitor. Acredita-se que, de fato, um texto comporta diversas leituras, ou diferentes sentidos a serem atribuídos pelos leitores a depender de seus respectivos conhecimentos de mundo, mas não quaisquer nem infinitos. Afinal, como pontua Eco na introdução de sua obra *Os limites da interpretação* (2015, p. XVII), “pelo menos alguma coisa existe que a mensagem efetivamente não pode dizer”, e continua:

Admito que para fazer tal afirmação seja necessário, antes de mais nada, assumir que os enunciados podem ter um “sentido literal”, e bem sei o quanto essa questão é controvertida [...]. Mas continuo achando que, dentro dos confins de uma língua determinada, existe um sentido literal das formas lexicais, que é o que vem arrolado em primeiro lugar no dicionário, ou então aquele que todo cidadão comum elegeria em primeiro lugar quando lhe fosse perguntado o que significa determinada palavra. Assumo, portanto, que o homem comum diria em primeiro lugar que um figo é um tipo de fruta assim e assado. Nenhuma teoria da recepção poderia evitar essa restrição preliminar. Qualquer ato de liberdade por parte do leitor pode vir *depois* e não *antes* da aplicação dessa restrição.²⁵

²⁵ No mesmo sentido, se posicionam Greimás e Courtès: “não parece que o número de leituras possíveis seja infinito: ele está simplesmente ligado ao caráter polissêmico dos lexemas, cujas virtualidades de exploração são em número finito” (s.v. isotopia, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.278).

Não se discute que “É o receptor quem contextualiza o texto à sua enciclopédia, isto é, quem atualiza determinados significados ao contrário de outros” (VOLLI, 2015, p.23), mas sustenta-se que isso não exclui a premissa de que “um texto deve ser tomado como parâmetro de suas interpretações” (ECO, 2015, p. 16). Nas palavras de Greimás e Courtés (s.v. leitura, 2013, p.282),

[...] admite-se que um mesmo texto pode conter diversas isotopias de leitura; em compensação, afirmar que existe uma leitura plural dos textos, isto é, que um texto dado oferece um número ilimitado de leituras, nos parece uma hipótese gratuita, tanto mais que é inverificável. A impressão da ‘abertura’ infinita do texto é frequentemente causada por leituras parciais: esta ou aquela sequência do discurso, tomada separadamente, pode conter, com efeito, um grande número de isotopias que ficam, contudo, suspensas devido à sua incompatibilidade com as sequências que seguem e têm por função, entre outras, desambiguar a sequência poliisotópica, deixando subsistir para o conjunto do texto apenas um número de leituras possíveis.

A leitura de um texto não é, de fato, uma atividade meramente passiva. Cada leitor pode, sim, construir sentidos diferentes para o mesmo texto de acordo com seu conhecimento de mundo, ou com a sua enciclopédia, como designa Volli. Todavia, compreende-se que esses sentidos passíveis de serem construídos pelo leitor estão previstos no texto (*intentio operis*), ainda que não tenham sido previstos pelo autor (*intentio auctoris*). É o texto que define os limites da leitura. Desse modo,

A iniciativa do leitor consiste em fazer uma conjectura sobre a *intentio operis*, conjectura essa que deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo orgânico. Isso não significa que só se possa fazer sobre um texto uma e apenas uma conjectura interpretativa. Em princípio, podemos fazer uma infinidade delas. Mas no fim as conjecturas deverão ser testadas sobre a coerência do texto e à coerência textual só restará desaprovar as conjecturas levianas. (ECO, 2015, p. 15).

Assim, é verdadeiro dizer que um texto comporta diversas leituras, mas não infinitas. Nesse sentido, adverte Eco (2015, p. 81): “É impossível dizer qual a melhor interpretação de um texto, mas é possível dizer quais as interpretações erradas. [...] um texto é um organismo, um sistema de relações internas que atualiza certas ligações possíveis e narcotiza outras”.

A semiótica greimasiana definiu o conceito de isotopia como uma forma de abordar os limites impostos à interpretação de textos. No artigo intitulado “A produtividade da noção de isotopia na construção de sentidos do texto”, Lara (2008, p.15) explica o conceito:

Tomada de empréstimo ao domínio da física, onde significa “fenômeno apresentado por vários nuclídeos que têm o mesmo número atômico, mas números de massa diferentes” (Novo Dicionário Aurélio, 1986, p. 973), a noção de *isotopia* foi ressignificada no seu novo campo de aplicação. Segundo Greimas; Courtés [...] esse conceito, que se situa no componente semântico do nível discursivo do percurso gerativo de sentido, designou, num primeiro momento, a iteratividade de classemas ao longo de uma cadeia sintagmática que garantia ao discurso-enunciado sua homogeneidade. Nessa acepção, um sintagma reunindo ao menos duas figuras sêmicas poderia ser considerado o contexto mínimo para o estabelecimento de uma isotopia. Num segundo momento, o conceito de isotopia se ampliou: ao invés de designar unicamente a iteratividade de classemas, passou a definir-se como uma recorrência de categorias sêmicas, permitindo, assim, que se falasse de isotopias temáticas e isotopias figurativas.

Partindo dessa segunda noção mais ampla e da definição proposta por Bertrand (2003, p. 153) de isotopia como “a permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso”, é possível identificar diferentes interpretações, ou leituras, possíveis, sustentadas pelo próprio texto, em seu nível discursivo.

Assim, “a isotopia constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambiguidades” (s.v. isotopia, GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.278). Como ensina Fiorin, em seu *Elementos de Análise do Discurso* (2018, p.117), o exame das isotopias permite determinar o(s) plano(s) de leitura dos textos e controlar a interpretação dos textos plurissignificativos.

Assim, a partir do que foi exposto, compreende-se que o texto tem coerções próprias (*intentio operis*) que se manifestam nos níveis de estruturação do sentido, sobretudo no nível discursivo com a reiteração de temas e figuras²⁶, que criam isotopias de leitura possíveis, limitam o leitor-intérprete e afastam a ideia de uma abertura infinita do texto.

²⁶ A Semiótica em sua vertente francesa fornece, através do modelo do percurso gerativo de sentido, expedientes para o estudo dos procedimentos sintáticos e semânticos que regem os níveis de estruturação do sentido. De acordo com a teoria, essa sintaxe e essa semântica estão estruturadas em três patamares que vão do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto: nível profundo, ou fundamental, nível narrativo e nível discursivo (FIORIN, 2018, p.20). No nível fundamental, encontram-se as oposições semânticas básicas que constituem o enunciado e as operações de negação e asserção presentes entre seus constituintes. O nível narrativo apresenta “uma transformação entre dois estados sucessivos e diferentes” (FIORIN, 2018, p. 27), de modo que as oposições básicas do nível fundamental se desenvolvem em enunciados que caracterizam a narrativa mínima. Por fim, o nível discursivo singulariza essa narrativa, podendo revesti-la com temas ou com figuras. Essencialmente, a oposição entre temas e figuras remete à oposição entre abstrato e concreto (FIORIN, 2018, p.91). De forma mais detida, constitui-se figura “o termo que remete a algo existente no mundo natural” ou “que tem um correspondente perceptível no mundo natural”, mas, vale dizer que, como frisa Fiorin (2018, p.91) quando se diz mundo natural, “pensa-se não só no mundo natural efetivamente existente, mas também no mundo natural construído. Já por tema, entende-se “um investimento semântico de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural”, isto é, temas “são categorias que organizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, etc.” (FIORIN, 2018, p.91).

Depois que um texto foi produzido, é possível fazê-lo dizer muitas coisas – em certos casos, um número potencialmente infinito de coisas – mas é impossível – ou pelo menos criticamente ilegítimo – fazê-lo dizer o que não diz. (ECO, 2015, p. 81).

Retomando a ideia de que toda tradução pressupõe uma leitura, observa-se que essas coerções próprias ao texto também se fazem presentes no processo tradutório: o tradutor enquanto leitor do texto-fonte poderá ter uma ou outra interpretação, observada a coerência interna ao texto (*intentio operis*), a depender de seus conhecimentos enciclopédicos, do tempo em que o lê; e é essa sua leitura possível, por sua vez, que guiará suas escolhas para estabelecer o texto na língua de chegada, ou o resultado da tradução. Assim, tal compreensão também leva ao reconhecimento de que na medida em que existam diferentes isotopias de leitura possíveis para um determinado texto, ainda que de quantidade finita, é inevitável a existência de resultados tradutórios diferentes, mesmo que todos os tradutores tenham como objetivo a busca por um equivalente. Por outro lado, também é verdade dizer que do mesmo modo que o próprio texto narcotiza determinadas leituras (ECO, 2015, p. 81), traduções que as tenham como pressuposto também acabam por ser narcotizadas, pelo menos se compreendidas como a busca por um equivalente.

3.3.3. A equivalência em tradução à luz do conceito saussuriano de valor

a noção de valor jamais abandona qualquer noção de língua. A língua é, sobretudo, um sistema de valores (mais do que um sistema de signos) [...]. Acessar uma língua significa acessar seus valores.

Silva e Seidel, 2016, p.83.

A equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Linguística.

Jakobson, 2003, p.65

O termo equivalência encerra a noção de valor. De acordo com o Dicionário Houaiss, a palavra tem origem no latim: *aequivalẽo, es, ũi, ĩtum, ĩre* 'ter igual valor'. Na medida em que é objeto da reflexão aqui empreendida a noção de equivalência no contexto da tradução entre diferentes línguas naturais e que se entende língua como um sistema de valores puros, isto é, de relações opositivas e negativas (SAUSSURE, 2012, p.122ss), a proposta do presente trabalho é, confrontando essa noção tão cara aos estudos tradutórios com os princípios

fornecidos pela teoria moderna da linguagem, como nos ensina Lima (1995), compreender equivalência em tradução à luz do conceito de *valor*, apresentado no *Curso de Linguística Geral*.

Volte-se à seguinte definição: “os valores [...] são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2012, p.164). A leitura deste trecho nos permite compreender que o *valor* de um elemento é, pois, o que o distingue, o que o diferencia dos demais, constituído pelas relações opostas que ele estabelece com os outros elementos do sistema semiótico em que está inserido.

Tomando essa acepção de *valor*, compreende-se que *ser equivalente em tradução é ser igual naquilo que o objeto a ser traduzido se diferencia, é ser igual naquilo que o distingue enquanto elemento de uma dada semiótica*, e que não o permite ser confundido nem absorvido pelos demais que, com ele, a integram esse mesmo sistema²⁷. Nesse sentido, dizer que “a tradução é a procura por um equivalente”, significa dizer que a tradução não é senão a busca pela preservação da diferença, das relações de oposição que constituem o *valor* de seu objeto.

A grande questão a ser resolvida, sob esse ponto de vista, seria a construção das redes de valores estabelecida no interior de cada língua; o objeto de interesse e investigação, portanto, não seria a unidade linguística tomada por si de forma autônoma e isolada, mas justamente o contrário: as relações e articulações que, numa determinada língua, o signo estabelece. (SILVA e SEIDEL, 2016, p. 89)

E não só o signo enquanto elemento do sistema semiótico denotativo *língua*. Esse entendimento também se estende para os demais sistemas semióticos e respectivos elementos que os compõem, como a partir Hjelmslev foi possível compreender²⁸. Assim, tal assertiva se aplica para o texto enquanto elemento de uma determinada semiótica mais ampla, em que se relaciona opositivamente com outros textos que também a integram. Nesse caso, a questão central da tradução que se pretenda equivalente se encontra nas relações que esse texto-objeto estabelece com os demais, na dada semiótica de que faz parte.²⁹

²⁷ A própria ideia de equivalência pressupõe a alteridade, a existência do duplo e, nesse caso, a existência de dois sistemas semióticos diferentes postos em relação. Por isso, importante ressaltar que, a não ser em nome de uma abstração teórica com fins didáticos, não é possível falar em absoluta igualdade de *valores*, se estará sempre diante de uma aproximação que, por mais próxima que seja, não perde de vista o outro.

²⁸ Conforme exposição na seção 3.2.3.

²⁹ Vale ressaltar que o foco do presente trabalho é tratar da equivalência entre textos, compreendidos enquanto sistemas de significação. Muitas vezes, os exemplos utilizados para ilustrar equivalentes de uma língua e outra se limitam a palavras isoladas, geralmente substantivos, e, como bem observam Silva e Seidel, é no mínimo frágil

O texto-fonte, a ser traduzido, estabelece relações de oposição com outros textos, figurando como signo de um sistema semiótico mais amplo. Dessa forma, o texto-fonte é revestido de um *valor* puramente diferencial. O texto na língua de chegada (resultado da tradução) também integrará um outro sistema semiótico, em que seu valor será estabelecido a partir das relações de oposição empreendidas com os demais textos que, por sua vez, integram esta mesma semiótica. Nesse sentido, o tradutor que se propõe a estabelecer na língua de chegada um texto *equivalente* ao da língua de partida, buscará revestir o texto traduzido, resultado da tradução, de um *valor*, considerando o respectivo sistema semiótico de que faz parte, que se aproxime tanto quanto possível do *valor* de que se reveste o texto original na sua respectiva semiótica.

Retome-se o exemplo citado anteriormente: tomando a Literatura Latina como *sistema semiótico* e os textos que a integram como *signos*, o texto de Marcial, poeta romano do sec. I. d.C., por exemplo, é revestido de um *valor* a partir da relação de oposição que estabelece com os demais como, por exemplo, o texto de Catulo, ou o texto de Horácio. O texto de Marcial, assim como o de Catulo e o de Horácio são revestidos, cada qual, de *valores*, que são puramente diferenciais, cuja “característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2012, p.164).

Nesse caso, considerando que o *valor* está na diferença, o tradutor que se propuser a produzir, na língua de chegada, um texto *equivalente* ao epigrama latino de Marcial, buscará compreender qual o *valor* desse texto em relação aos demais textos com que ele se relaciona no sistema semiótico da literatura latina, ou seja, compreender o que o difere dos demais, para então tentar reproduzir no texto traduzido *valor* semelhante considerando, por sua vez, a sua respectiva semiótica e os demais textos que por sua vez a integram, que não se confunde com a do original.

Essa última observação é de suma importância, afinal, não se pode esquecer que o *valor* emana do sistema (SAUSSURE, 2012, p.164) e “está determinado por aquilo que o rodeia” (*idem*, p.163). Por esta razão, “Tais redes associativas não se transpõem de uma língua à outra; os valores linguísticos construídos no interior de um idioma necessitam ser

“utilizarmos substantivos como exemplos, visto que [...] podem sugerir uma concepção de língua enquanto uma nomenclatura cujos termos têm por função nomear os elementos do mundo” (2016, p.81). Ainda é verdade que muitos estudos sobre equivalência, como Catford, ultrapassam o nível da palavra, mas limitam seus exemplos a frases isoladas, ou “a orações descontextualizadas, o que leva a uma concepção idealizada de tradução, como se fosse uma atividade de aplicação prática de princípios subjacentes, não como uma atividade dependente do contexto” (RODRIGUES, 2000, p. 38) ou do texto em que se inserem. Serão tomados como exemplos, pois, textos, especialmente àqueles provenientes da literatura latina, e ainda que se destaque um ou outro aspecto desse texto, não se perderá de vista o texto como um todo de sentido.

reconstruídos (isto é, construídos de novo e de outra forma) quando em outro idioma”. (SILVA e SEIDEL, 2016, p.87).

Pode-se dizer, assim, que a tradução consistiria, nessa concepção, na busca pela reprodução das relações opositivas que constituem o texto-fonte, no estabelecimento do texto da língua de chegada. Em outras palavras, pretender um texto da língua de chegada equivalente ao texto da língua de partida é procurar preservar, manter, ou reproduzir naquele, aquilo que diferencia este dos demais que, com ele, integram uma mesma semiótica. Nesse entendimento, ser equivalente em tradução não é ser igual, mas é estabelecer-se a partir das *mesmas* relações de diferença.

4. A REFLEXÃO APLICADA: EXEMPLOS DE ENCAMINHAMENTO PARA A SALA DE AULA

é necessário assegurar a aplicabilidade da teoria, e cada aplicação necessariamente a pressupõe. Mas é da maior importância não confundir a teoria com suas aplicações ou com o método prático de aplicação.

Hjelmslev, 2013, p.20

É importante deixar claro que o propósito do presente trabalho é, sem dúvida, a reflexão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores. Isso posto, faz-se necessário observar que esse terceiro capítulo se apresenta com o único intuito de ilustrar o que foi discutido teoricamente, levando em conta os conceitos linguísticos abordados e sua operacionalização, de modo que não se apresenta como um resultado, ou como um objetivo final a que tenha servido toda a reflexão empreendida até aqui, pelo contrário. O objetivo desse último capítulo é apresentar uma aplicação da discussão teórica desenvolvida no presente trabalho na forma de análises que têm como objeto textos latinos e algumas de suas respectivas traduções para a língua portuguesa. Procura-se, com essas análises, apresentar um percurso de reflexão, uma forma de se trabalhar, em sala de aula, os conceitos linguísticos aplicados ao processo de tradução. A ideia é apresentar um procedimento de análise transferível, que possa ser empreendido com diferentes textos latinos, a serem objeto de um exercício tradutório para a língua portuguesa.

Para cada exemplo, introduz-se brevemente o poeta autor do texto selecionado, as características que marcam sua obra, isto é, aquelas que se destacam, que o distinguem dentre os demais poetas da Literatura Latina, segundo os tratadistas. Feito isso, apresenta-se o texto latino escolhido acompanhado por uma tradução de referência³⁰. Em seguida, transcrevem-se algumas traduções do mesmo texto para o português, a fim de, então, proceder-se à análise dessas traduções à luz dos preceitos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores.

Vale frisar que as análises aqui apresentadas não se pretendem exaustivas, ou seja, não há pretensão de esgotar todos os aspectos relevantes suscitados por cada texto ou exercício tradutório. Muito menos se pretende prescrever o que é certo ou errado, ou o que se deve ou não se deve fazer em tradução. A demonstração que se propõe nesse capítulo tem como objetivo apresentar um percurso de reflexão que, com base na discussão teórica empreendida anteriormente, se volte à noção de *valor* considerando tanto o texto como um sistema semiótico quanto como signo de uma semiótica mais ampla.

³⁰ Conforme definição apresentada na página 18.

Para isso, foram selecionados dois poemas latinos: o epigrama 43 do livro V de Marcial e o poema V de Catulo³¹. Há que se dizer que o critério para a seleção destes textos, dentre tantos outros da Literatura Latina, foi, em primeiro lugar, a sua extensão: era preciso que fossem textos curtos, de modo que se pudesse trabalhar o texto como um todo, como um *sistema de organização interna que lhe é própria* e também como um *signo* de um sistema mais amplo³². Além disso, procurou-se textos cuja extensão permitisse que fossem levados à sala de aula de modo que se possa trabalhar com esse *corpus* em um cronograma definido. Também foi uma preocupação selecionar textos que tenham sido traduzidos para a língua portuguesa por mais de um tradutor, de modo que o cotejo entre diferentes traduções fosse possível.

O primeiro texto latino selecionado é o epigrama 33 do Livro I de Marcial. *Marcus Valerius Martialis* foi um poeta romano que viveu no século I d.C. e ficou bastante conhecido ainda em vida por sua produção, em especial, epigramática. Foi, de fato, um poeta popular em seu tempo, aclamado pelo público (CONTE, 1999, p.509), e cuja obra é marcada pelo predomínio de uma linguagem ordinária e de uma temática próxima ao cotidiano dos romanos, conforme consta nos tratados de Literatura Latina:

Its precisely its realism, its closeness to actual life, that Martial claims as the distinctive mark of his poetry and he proudly regards this as confirmed by the enormous acclaim with which the public receive it. In other words, the public found in the epigram theirs own experiences filtered and ennobled by an artistic form possessing flexibility and potent expressiveness. (CONTE, 1999, p.507).³³

Os temas de sua poesia são variados, mas fato é que a presença de retratos repletos de obscenidade e realismo, críticas e escárnios munidos com um humor um tanto ácido constituem-se características marcantes de sua obra, que contribuíram para sua popularidade. Sobretudo, a dimensão satírica de seus poemas é destaque em sua obra. Como aponta Conte (1999, p.508), Marcial explorou mais o aspecto cômico-satírico do que o fez a tradição (de produção epigramática). Não é à toa que até os dias de hoje, Marcial é lembrado nos tratados de literatura por seus epigramas satíricos, como se ressalta, inclusive, na obra brasileira *Tratado de Versificação* de autoria de Olavo Bilac e Guimarães Passos (2014, p. 115).

³¹ Os textos latinos são retirados das edições *Les Belles Lettres* (CATULLE, 1974; MARTIAL, 1969).

³² Conforme discussão apresentada no Capítulo II.

³³ “É precisamente o realismo, a proximidade com a vida real, que Marcial reclama como a marca distintiva de sua poesia e, com orgulho, ele considera isso confirmado pelo enorme reconhecimento com que o público a recebe. Em outras palavras, o público encontrou no epigrama suas próprias experiências filtradas e enobrecidas por uma forma artística dotada de flexibilidade e poderosa expressividade.” - Tradução nossa.

Quanto ao gênero, vale lembrar que o epigrama surgiu na Grécia Antiga para fins essencialmente comemorativos (CONTE, 1999, p.506). Nesse contexto, constituiu-se um gênero caracterizado por poemas breves, compreendidos como poemas de ocasião ou poemas de instante que, a princípio, eram gravados em peças utilitárias, como urnas funerárias e taças de vinho. É nesse sentido que se afirma, pois, que o epigrama nasceu como um gênero popular sem nenhuma ambição à reconhecida literatura, embora tenha ganhado com Marcial, considerado o mestre do epigrama em língua latina, relevante reconhecimento artístico.

Os epigramas do poeta romano são, em sua maioria, marcados pela brevidade e por uma técnica que Conte denominou *closing quip*, isto é, um desfecho zombeteiro, que revela a dimensão cômico-satírica do poema. Escritos, em sua maioria, em dísticos elegíacos, os epigramas satíricos de Marcial ora escarnecem um alguém específico e nomeado, ora atacam vícios da sociedade em geral.

Como aponta Conte (1999, p.508-09), a estrutura de seus poemas é, em geral, organizada da seguinte maneira: de início, apresenta-se uma situação, criando no leitor uma tensão, uma expectativa de desenlace, e em seguida, com um efeito de surpresa, como denomina o autor do tratado, traz-se à tona o desfecho cômico (*closing quip*) que ilumina a situação descrita de início.

O poema selecionado como exemplo de análise é, pois, o de número 33 do Livro I, que ora se apresenta, seguido de uma tradução de referência:

I, 33

*Amissum non flet cum sola est Gellia patrem
si quis adest iussae prosiliunt lacrimae.
Non luget quisquis laudari, Gellia, quaerit,
Ille dolet uere qui sine teste dolet.*

Tradução de referência

Gélia, quando está só, não chora o pai perdido,
se alguém se aproxima, jorram lágrimas forçadas.
Quem busca ser elogiado, Gélia, não está de luto,
aquele que sofre sem testemunha, sofre verdadeiramente.

Selecionamos para análise duas traduções desse epigrama em língua portuguesa: uma de Cairolli (2014) e outra de Dezotti(1990). São elas:

Cairolli:

Sozinha, o pai perdido Gélia nunca chora;
vindo alguém, jorram lágrimas mandadas.

Não sente luto, Gélia, quem busca o louvor:
sofre deveras quem sozinho sofre.

Dezzotti:

Gélia, quando está sozinha,
Não chora a morte do pai.
Se chega alguém, ela força
E em bicas seu pranto sai.

Quem Gélia, louvores busca,
Só finge que se acabrunha;
Só sofre sinceramente
Quem sofre sem testemunha.

Os estudos que deram origem às traduções ora apresentadas conferem destaque para questões métricas. O epigrama de Marcial é escrito em dísticos elegíacos, que são compostos por um hexâmetro e um pentâmetro. Trata-se de um epigrama satírico, que escarnece um alguém nomeado, Gélia. O poema é composto por dois dísticos e apresenta aquela estrutura descrita por Conte: no primeiro dístico apresenta-se a situação e no segundo o desfecho satírico (*closing quip*).

Cairolli traduz o epigrama para o português optando por uma solução, não inédita dentre os tradutores de poesia latina, como ele mesmo lembra, de verter um dístico elegíaco por um dístico composto por um dodecassílabo e um decassílabo, de modo que o hexâmetro latino “transforma-se” em um dodecassílabo no português e o pentâmetro, em um decassílabo. Ao discorrer sobre as suas traduções, Cairolli afirma que o principal aspecto posto em discussão foi, justamente, o metro (2014, p.155) e explica que, em sua opinião, essa solução “expressa a desigualdade dos versos latinos e a naturalidade dos metros mais utilizados em português” (CAIROLLI, 2014, p.156).

Para além desse comentário sobre a motivação de sua escolha por esse esquema métrico, Cairolli traz nomes de vários outros tradutores que já adotaram essa mesma solução, recordando que essa também não é a primeira vez que ele mesmo o faz. Menciona, nesse contexto, a tradução de Joao Angelo Oliva Neto dos epigramas de Catulo e conclui afirmando que os 195 epigramas traduzidos por este “perfazem o maior corpus de poesia em dísticos elegíacos traduzidos poeticamente ao português, critério que por si só já poderia promover nossa adesão ao esquema” (CAIROLLI, 2014, p.156-157).

Já Dezotti traduz o epigrama de Marcial para o português em redondilha maior, ou seja, em verso heptassílabo. Mais especificamente, Dezotti faz opção de verter um dístico

elegíaco latino em uma quadra heptassilábica no português. Para expor o que motivou essa sua escolha, o professor e tradutor discorre sobre a tradição da literatura em língua portuguesa, que, ressalta, apresenta os gêneros comuns à literatura latina, como a épica e o epigrama. Afirma que para cada um desses gêneros em português, foram se elaborando estruturas rítmicas, o que “permitiu que se desenvolvesse nos leitores de língua portuguesa o hábito de associarem formas rítmicas próprias do nosso sistema poético a gêneros provenientes da antiguidade clássica” (DEZOTTI, 1990, p.127).

Com relação ao gênero epigramático, em específico, Dezotti reconhece que “a partir do século XVI, variadas formas rítmicas foram elaboradas para sua expressão em língua portuguesa” (DEZOTTI, 1990, p.128). No entanto, o estudioso enfatiza que nos epigramas de intenções cômico-satíricas, do século XVIII e XIX, o metro que prevalece é, inegavelmente, a quadra heptassilábica. A partir dessas considerações, expõe que entende a quadra em redondilha maior “por sua leveza e caráter popular, como a forma poética mais eficaz e mais adequada para a expressão vernácula do epigrama latino, senão todos, pelo menos [...] o epigrama curto, satírico, composto em dísticos elegíacos” (1990, p.128). Em seguida, a fim de demonstrar essa maior adequação da redondilha maior, o tradutor apresenta duas traduções de um epigrama de Marcial, uma de Filinto Elísio em decassílabos e outra de Bocage, em quadra heptassilábica. Sobre o uso do decassílabo, Dezotti declara que “a gravidade do verso adotado faz desaparecer toda a graça e jocosidade do original” enquanto, com a quadra de redondilhas maiores, “o tom parece-nos ficar mantido e o resultado é, sem dúvida, bem melhor” (1990, p.129).

A partir dessas colocações, parece interessante pensar sobre em que medida as diferentes escolhas dos metros em português feitas pelos dois tradutores de aproximam ou se distanciam da ideia de busca por uma equivalência, como compreendida no presente trabalho. O metro do epigrama de Marcial é um elemento do texto latino, este pode ser compreendido tanto como *um sistema de organização interna que lhe é própria*, quanto como um signo do sistema da Literatura Latina cujo *valor* se define a partir da relação de oposição que estabelece com os demais signos que com ele integram essa mesma semiótica.

A partir da leitura de manuais de literatura latina, e também de literatura em geral, é possível observar que há uma convergência quanto ao que se discorre sobre os epigramas de Marcial: sua excelência satírica. Além disso, como já ressaltado, muito se fala sobre o poeta ter sido um autor popular ainda em vida, cuja produção foi aclamada pelo público. É de comum acordo entre os tratadistas que essas são características marcantes de sua obra,

aspectos que o destacam dentre os demais autores da língua latina, e que, assim, compõem o *valor* de sua poesia, enquanto signo de um sistema.

Essa compreensão é essencial quando se pretende refletir sobre equivalência em tradução, a partir da noção de *valor*. Em se tratando de um poeta que viveu há séculos e cujos testemunhos só são acessíveis através dos registros escritos que chegaram até a modernidade, os manuais de literatura latina, bem como todas as referências escritas sobre o poeta e obra permitem compreensão do seu *valor*, do que o diferencia dos demais. Na medida em que se sustenta que a reflexão que integra a atividade tradutória que busca a equivalência deve levar em conta o texto não só como um sistema, mas como um signo que se relaciona opositivamente com outros signos que com ele integram uma dada sincronia, esta perspectiva não deve perder de vista ainda que se foque em determinado aspecto da composição, como o metro. Mesmo porque, dessa perspectiva, o que importa são as relações e não o elemento isolado.

Tendo isso como ponto de partida, analisemos as escolhas de Cairolli e Dezotti. Como se viu, o primeiro opta pelo dístico formado por um dodecassílabo e um decassílabo para sua tradução do epigrama em língua portuguesa. Tem-se então um epigrama satírico em português escrito nesse esquema métrico. Já Dezotti apresenta um epigrama satírico em português escrito em quadras heptassilábicas.

Considerando a premissa de que o *valor* emana do sistema, na medida em que se define pelas relações de oposição estabelecidas sincronicamente entre os termos de uma dada semiótica, é preciso considerar o texto de Marcial a partir do sistema da Literatura Latina e o texto-tradução em português a partir do sistema da Literatura de Língua Portuguesa ao qual, por sua vez, este pertence. Nesse sentido, ir à literatura de língua portuguesa e buscar um *valor* semelhante ao *valor* de que se reveste o texto de Marcial, cada qual definido pelas relações e oposição que estabelecem no sistema semiótico de que fazem parte, é etapa importante do processo tradutório.

Na literatura em língua portuguesa, existe uma tradição de autores que escreveram poesia popular, por exemplo. Segundo os manuais de literatura brasileira, “redondilhas maiores são o metro da preferência popular” (BANDEIRA, 1997, p.540). Isso significa dizer que a redondilha maior, a partir da relação de oposição que estabelece com os demais versos no sistema da Poética de Língua Portuguesa, se reveste de um *valor* de verso popular dentro deste sistema semiótico de que faz parte. Por outro lado, o decassílabo, por exemplo, que é um verso que se relaciona opositivamente com a redondilha maior, uma vez que um não pode

ser absorvido pelo outro, “foi preferido para os poemas épicos”³⁴ (BANDEIRA, 1997, p.541), ou seja, a tradição épica em língua portuguesa, que se pode dizer estabelecida a partir dos *Lusíadas* de Camões, faz uso do verso de dez sílabas, o que reveste esse verso de um determinado *valor*, que o difere em relação aos demais. E esse mesmo raciocínio também se aplica ao dodecassílabo enquanto *signo* integrante do sistema da Poética de Língua Portuguesa³⁵.

Mas não só popular, a poesia epigramática de Marcial se reveste essencialmente de sua dimensão satírica, dimensão esta que também encontra uma tradição na literatura brasileira. Assim como Marcial é destaque na literatura latina, pode-se dizer que “O nosso grande poeta satírico foi o terrível Gregório de Matos, que passou a sua longa e atribulada existência a atacar os defeitos sociais e políticos da terra e do tempo em que viveu” (BILAC E PASSOS, 2014, p.114). Olavo Bilac e Guimaraes Passos ao colocar os dois em paralelo, como autores de epigramas satíricos, afirmam que “entre os romanos, Marcial transformou o epigrama em auxiliar da sátira” e que o epigrama indica “uma pequena poesia, rápida e incisiva, de malícia cáustica”. Não é difícil reconhecer que, de fato, os dois poetas se destacam, cada qual no *sistema* de que fazem parte, por características marcantes em comum: ambos escreveram epigramas satíricos, dotados de um humor ácido, além disso, os dois poetas, muitas vezes, nomeavam os alvos de suas críticas e ambos foram populares em seu tempo. Vale ressaltar ainda que na poesia do Boca do Inferno, como ficou conhecido o poeta maranhense, os versos heptassilábicos, ou redondilhas maiores, eram predomínio, conforme os exemplos a seguir³⁶:

A um músico que levara uma sova de pão
 Uma grave entoação
 Vos cantaram, Braz Luiz,
 Segundo se conta e diz,
 Por solfa de fá bordão;
 Pelo compasso da mão,
 Onde a valia se apura,
 Parecia solfa escura;
 Porque a mão nunca parava,
 Nem no ar, nem no chão dava,
 Sempre em cima da figura.

³⁴ Mas não só: Bandeira também menciona que o decassílabo é muito usado na tragédia e em sonetos clássicos.

³⁵ O verso de doze sílabas, ou alexandrino, passou a ser usado em língua portuguesa em meados do século XIX. Seu uso se destaca, em especial, dentre os poetas parnasianos, inspirados nos clássicos franceses (BANDEIRA, 1997, p.542). Assim é que o verso alexandrino, enquanto uma característica marcante da poesia parnasiana em língua portuguesa, se reveste de um *valor* que evoca requinte, elegância, qualificações próprias às composições dos autores dessa estética.

³⁶ O primeiro poema foi retirado da obra de Bilac e Passos (2014) e o segundo da coletânea organizada por Wisnik (MATOS, 2010).

A uma freira que satirizando a delgada fisionomia do poeta lhe chamou "Pica-Flor"

Se Pica-Flor me chamais,
 Pica-Flor aceito ser,
 Mas resta agora saber,
 Se no nome que me dais,
 Metei a flor que guardais
 No passarinho melhor!
 Se me dais este favor,
 Sendo só de mim o Pica,
 E o mais vosso, claro fica,
 Que fico então Pica-Flor.

A rima é também um elemento importante na poesia popular brasileira que, quando composta em estrofes de quatro versos (quadras), segundo Bilac e Passos, costuma apresentar rimas entre o segundo e o quarto verso (2014, p. 42). Quanto a esse aspecto vale lembrar que na poesia latina, a rima não era um recurso expressivo, isto é, os poemas latinos não apresentam rimas, esse elemento não se reveste de um *valor* no sistema da Poética Latina. No entanto, de forma diferente ocorre no sistema da Literatura em Língua Portuguesa, em que a rima é um recurso que se reveste de um *valor* que, como mencionado, se faz significativamente presente na poesia popular. Sendo assim, a escolha de Dezotti de trazer esse elemento próprio da poesia de língua portuguesa para sua tradução, ainda que consistindo em elemento alheio ao texto latino, corrobora para a preservação, em português, do *valor* do texto de Marcial como poema popular.

Interessante observar que se em relação ao aspecto do metro, e até da rima, a tradução proposta por Dezotti parece se aproximar mais da ideia da busca por um equivalente, na medida em que reveste o texto traduzido, resultado da tradução, de um *valor*, considerando o sistema semiótico da literatura em língua portuguesa, que se aproxima tanto quanto possível do *valor* de que se reveste o texto original na sua respectiva semiótica, isto é, na medida em que preserva, no texto em português, o *valor* de poema popular e satírico que distingue a poesia de Marcial dentro do sistema da Literatura Latina, quando se trata do *valor* da brevidade, que distingue o gênero epigramático dentre os demais gêneros, tanto na Literatura Latina quanto na Literatura de Língua Portuguesa, os dois tradutores, Dezotti e Cairolli, preservam a característica.

Segundo os manuais de Literatura, incluindo o de Conte (Literatura Latina) e o de Bilac e Guimarães (Literatura Brasileira), o epigrama é um gênero que se caracteriza pela brevidade, por sua característica de poema de instante, ou seja, poemas curtos. Isso é uma

característica marcante do gênero, que compõe o seu *valor* na medida em que o distingue dentre os demais gêneros literários, tanto na Literatura Latina, quanto na Literatura de Língua Portuguesa. Ambas as traduções, tanto a tradução de Cairolli em dísticos (composto por versos de dez e doze sílabas) e a de Dezotti em quadras heptassilábicas, preservam essa característica distintiva do gênero. Ou seja, ainda que as escolhas métricas e de estrofação sejam diferentes, os dois tradutores produziram em português textos cuja brevidade se reconhece de modo que se constituem textos passíveis de serem lidos como poemas de ocasião, ou poemas de instante.

Enfim, é importante reforçar que não se pretende, na análise aqui empreendida, esgotar as possibilidades de comparação entre as traduções. Muitos outros aspectos poderiam ser destacados ou trazidos à análise, mas para o fim que se pretende este capítulo, qual seja de demonstrar de que forma a discussão teórica empreendida nos capítulos anteriores pode ser aplicada para pensar a tradução de textos clássicos latinos, os aspectos mencionados se mostram suficientes.

O segundo texto selecionado é um poema de autoria de Catulo. Nascido entre 87 e 84 e falecido entre 57 e 54 a.C, *Gaius Valerius Catullus* foi um poeta romano que, conforme relatam os estudos de Oliva Neto (CATULO, 1996, p.16) “presenciou os últimos anos do regime republicano, época de guerras civis e turbulência social”. Ele integrou um grupo de poetas que rompeu com a tradição literária constituída em Roma até então, representada, ainda segundo Oliva Neto, pela tradução da Odisseia de Lívio Andrônico, entre outros (CATULO, 1996, p.16). Esses poetas tinham como proposta desenvolver uma nova poesia romana cujo foco não mais se dirigisse a servir à política e à moral, cantando apenas questões sociais, mas que pudesse cantar sentimentos, vivências subjetivas, ou seja, o universo do privado em lugar do público.

Nas palavras de Conte (1999, p.144),

While at a time of acute crisis for the Republic the old moral and political values of the civitas are crumbling, personal otium becomes the attractive alternative to communal life, the space in which to devote oneself to culture, poetry, friendship and love. The small universe of the individual, with its joys and dramas, is identified with the very horizon of existence, and literary activity no longer turns towards epic and tragedy, the genres that speak for the state and its values, but rather towards lyric, toward personal poetry, which is introverted and suitable for embracing and expressing the small events of private life. (CONTE, 1999, p.144).³⁷

³⁷ “Enquanto em um período de crise aguda para a República, os velhos valores morais e políticos da *civitas* estão desmoronando, o *otium* pessoal se torna uma atraente alternativa à vida comunitária, o espaço no qual se

Em virtude dessas ideias, que se afastavam da poesia cultuada em Roma até então, esses poetas enfrentaram significativa resistência entre os seus contemporâneos, com destaque para Cícero. O aclamado orador e senador romano se opôs com rigor às novas ideias trazidas por esses poetas e passou a se referir ao grupo pejorativamente como os *poetae noui* ou *neoterói* (CATULO, 1996, p.16). Oliva Neto afirma que

No entanto, a própria expressão de Cícero, perdido o traço pejorativo, tornou-se emblema, pelo que dizer ‘neotéricos’, poetas novos, é referir-se com justeza àqueles poetas. A importância deles consistiu em introduzir em Roma certa poesia helenística que já se praticava desde o século III a.C. no âmbito muito maior, hemisférico, do Mediterrâneo helenizado por Alexandre, ou, em sentido inverso, poderia dizer-se que os neotéricos incluíram a poesia latina na literatura mais sofisticada do período, que era escrita em grego. (CATULO, 1996, p.16).

Dentre os poetas que integraram este grupo, Catulo se destaca. Segundo Conte (1999, p.144), sua poesia é, de fato, o documento mais importante desse movimento de revolução no gosto literário romano. Catulo trouxe a seus poemas a subjetividade, o sentimentalismo ou, como chamou Oliva Neto (1996, p.38), o clima de intimidade. Não é à toa que ele é identificado nos manuais de literatura latina como “um dos maiores líricos romanos” (CARDOSO, 2011, p.59). Nas palavras de Conte (1999, p. 147), “*Catullus transfer all his energies to love and the life of feelings, withdrawing from the duties and concerns proper to a Roman citizen*”³⁸.

O tema do amor é, de fato, central na poesia de Catulo. A maioria de seus poemas que exploram essa temática trazem a figura de Lesbia, a amada do eu-lírico de Catulo, como ocorre no poema selecionado para análise que se apresenta a seguir.

Para além da temática, Catulo é reconhecido como um poeta de estilo sofisticado e versátil, cujos poemas, apesar do tom espontâneo, são “permeados de verdadeira engenharia poética” (CATULO, 1996, p.46). Sua poesia revela, ao mesmo tempo, “o estilo elegante, caracterizado pela riqueza vocabular e pela abundância de figuras, e a linguagem popular, pontuada de modismos, de diminutivos, de expressões do dia a dia, extraídas das formas coloquiais” (CARDOSO, 2011, p.59).

pode dedicar à cultura, poesia, amizade e amor. O pequeno universo do indivíduo, com suas alegrias e dramas, se identifica com o próprio horizonte da existência, e a atividade literária não se volta mais para a épica e a tragédia, os gêneros que falam pelo Estado e seus valores, mas, em vez disso, volta-se à lírica, à poesia pessoal, que é introvertida e adequada para abraçar e expressar os pequenos eventos da vida privada.” – Tradução nossa.

³⁸ “Catulo transfere todas as suas energias para o amor e para a vida dos sentimentos, se afastando dos deveres e preocupações próprios de um cidadão romano” – Tradução nossa.

Como se ressalta nos tratados de Literatura Latina, como o de Conte (1999) e Cardoso (2011), bem como em trabalhos que versam especificamente sobre o poeta, como O de Oliva Neto (CATULO, 1996), a versatilidade e a excelência técnica de Catulo no trabalho com a linguagem são características marcantes em sua poesia. Segundo Conte (1999, 151),

*The style, in short, is composite and always lively, with a wide range of expressive means extending from mocking disdain and scathing, scurrilous invective to the tenderness of the language of love, from youthful self-assurance as it expands images into hyperbole to light gracefulness, calm melancholy [...].*³⁹

Da leitura desses manuais, nota-se que a espontaneidade também é uma característica bastante atribuída ao poeta, mas é importante que isso não se confunda com ausência de labor técnico com a linguagem. É nesse sentido o alerta que faz Conte (1999, p.146) em uma breve análise, justamente, do poema V do livro de Catulo: “*analysis reveals the careful construction of what looks like spontaneous, unchecked expression of an existential rebellion. [...] none of the effects is casual*”⁴⁰. A poesia de Catulo é rica e complexa (CONTE, 1999, 151).

O poema selecionado, pois, para análise nesse capítulo é o célebre poema V do Livro de Catulo, que ora se apresenta, seguido de uma tradução de referência:

V
*Vivamus, mea lesbia, atque amemus,
 Rumoresque senum severiorum
 Omnes unius aestimemus assis.
 Soles occidere et redire possunt;
 Nobis cum semel occidit brevis lux,
 Nox est perpetua una dormienda.
 Da mi basia mille, deinde centum,
 Dein mille altera, dein secunda centum,
 Deinde usque altera mille, deinde centum.
 Dein, cum milia multa fecerimus,
 Conturbabimus illa, ne sciamus,
 Aut ne quis malus invidere possit.
 Cum tantum sciat esse basiorum.*

³⁹ “O estilo, em suma, é multifacetado e sempre vívido, com uma ampla gama de meios expressivos, que se estendem do desprezo zombeteiro e mordaz, escandaloso e invectivo, à ternura da linguagem do amor, da autoconfiança juvenil, ao passo que expande imagens em hipérboles até a graça delicada e calma melancolia [...]”. – Tradução nossa.

⁴⁰ “A análise revela uma construção cuidadosa do que parece ser uma expressão espontânea e sem controle de uma rebelião existencial. [...] nenhum dos efeitos é casual.” – Tradução nossa.

Tradução de referência

Vivamos, minha Lésbia, e, o que é mais, amemos,
 E os rumores dos velhos mais severos
 Avaliemos todos de um único asse.
 Os sóis podem se pôr e voltar;
 Para nós, quando a breve luz se põe de uma só vez,
 Uma noite eterna deve ser dormida.
 Dá-me mil beijos, depois cem,
 Depois outros mil, depois um segundo cento,
 Depois, continuamente, outros mil, depois cem.
 Depois, quando muitos milhares tenhamos feito,
 Os desordenaremos, para que não saibamos,
 Ou, então, para que alguém mau não possa invejar
 Quando souber ser o tanto de beijos.

Esse poema foi muito traduzido para a língua portuguesa. Dentre as diversas traduções lidas, três foram selecionadas para a presente reflexão: uma de Garrett, outra de Oliva Neto (1996), e, por último, a tradução de Thamos (2010). São elas:

Almeida Garrett

Vivemos, minha Lésbia, amemos sempre,
 E os rumores dos velhos rabugentos
 Saibamos desprezar, tê-los em nada.
 O sol pode morrer, tornar de novo;
 Nós, se uma vez a breve luz nos morre,
 Uma e perpétua noite dormiremos.
 Oh! mil beijos me dá, depois um cento,
 E mil outros depois, mais outro cento,
 E outros mil, e outros cem; e quando ao cabo
 Muitos milhares ajuntarmos deles,
 Em maga confusão juntá-los-emos.
 Que não saibamos nós, que ninguém saiba
 Nem maldoso nenhum possa invejar-nos
 Se de tantos souber, tão doces beijos.

João Angelo Oliva Neto

Vamos viver, minha Lésbia, e amar,
 e aos rumores do velhos mais severos,
 a todos, voz nem vez vamos dar. Sóis
 podem morrer ou renascer, mas nós
 quando breve morrer a nossa luz,
 perpétua noite dormiremos, só.

Dá mil beijos, depois outros cem, dá
 muitos mil, depois outros sem fim, dá
 mais mil ainda e enfim mais cem - então
 quando beijos beijarmos (aos milhares!)
 vamos perder a conta, confundir,
 p'ra que infeliz nenhum possa invejar,
 se de tantos souber, tão longos beijos.

Marcio Thamos

Vivamos, minha Lesbia, para amar!
 Que a zanga desses velhos tão severos
 Não vale mais do que um tostão furado.
 Os sóis podem-se pôr e renascer;
 Mas nós, pondo-se a nossa breve luz,
 A noite eterna temos que dormir.
 Dá-me agora mil beijos, depois cem;
 Depois dá-me outros mil, depois mais cem;
 Depois, sempre mil outros, depois cem...
 Milhares e milhares já somados,
 Nós vamos baralha-los, não sabe-los
 - que assim ninguém nos ponha um mau olhar
 Ao saber quantos foram nossos beijos.

Esse poema aborda a temática do amor e se dirige a Lésbia, quase como um convite hedonista. Mas, mais do que isso, é um poema que trata da efemeridade da vida. Segundo Achcar, em sua obra *Lírica e Lugar comum* (1994), a efemeridade é um *topos* presente na poesia lírica desde o seu surgimento no século VII a.C., (1994, p.61) mas sua expressão na poesia latina ganha força, justamente, com a geração de Catulo, que, como já explicitado, foi a geração de poetas que passou a se dedicar a uma poesia do *eu*.

O poema V de Catulo é considerado um exemplo de, como designou Achcar (1994, p.74), poesia do *carpe diem*, ou em outras palavras, de poema cujo tema central é a efemeridade da vida. O interessante é observar de que modo esse tema é apresentado no poema latino. Afinal, o texto literário, em especial a poesia, se constitui do trabalho estético com a linguagem verbal, ou seja, *o modo como o texto diz o que diz* é o que o constitui enquanto objeto artístico, único de significação. Tendo isso como premissa e considerando que a efemeridade da vida é um tema, abstrato, e que “a manifestação artística prende-se à representação concreta ou particular daquilo que é essencialmente abstrato ou geral” (THAMOS, 2014, p.168), a leitura do poema de Catulo permite reconhecer imagens, ou figuras, que se engendram no discurso e expressam, concretamente, esse tema.

Trata-se de um procedimento de construção discursiva que a teoria semiótica denomina figuração. A figuração se constitui quando “um tema (discurso abstrato) é convertido em figuras (discurso figurativo)” (THAMOS, 2003, p. 103). No poema, esse procedimento pode ser observado nos versos de 4 a 6:

*Soles occidere et redire possunt;
Nobis cum semel occidit brevis lux,
Nox est perpetua una dormienda.*⁴¹

O tema da efemeridade da vida é revestido de uma representação concreta: os *sóis* se pondo e renascendo em oposição à noite única a dormir (morte), caso se apague a breve luz (vida). O sol é o astro que traz e leva consigo os próprios dias, e o emprego desse vocábulo no nominativo plural *soles* é, sem dúvidas, significativo no texto de Catulo. No poema latino, compreendido enquanto sistema semiótico, o termo *soles* se reveste de um *valor*, próprio daquela estrutura, a partir da relação de oposição que estabelece com os demais termos.

Destaca-se, nesse trecho, a oposição entre *soles* e *nox*, que, frise-se, vai além da semântica, e reside também na flexão nominal de número. O primeiro sentido atribuído a *sol* no dicionário latino-português de Faria (2003) é “sol” e o segundo é “dia”; já para *nox* o primeiro sentido é “noite” e o segundo é “morte”. Os temas vida e morte encontram concretude nesses termos. Mas, para além da oposição semântica, o plural de *soles* também se opõe ao singular de *nox*, de modo a revestir-se de um *valor* dentro do texto latino. Segundo Thamos “o emprego do plural, sem dúvidas, enfatiza, a capacidade de renovação do astro que traz consigo os próprios dias, criando um expressivo contraste com a noite – única – que devemos dormir” (2010, p.41). Compreende-se, assim, que o plural de *soles* constitui-se um recurso expressivo na estrutura de que faz parte, em que se constrói um discurso figurativo para manifestar o tema da efemeridade da vida.

A escolha do plural, e não da forma singular, tem, pois, um *valor*. A forma *soles* no plural é responsável pela expressão concreta da passagem do tempo, da passagem da vida, marcada pela sucessão dos dias. A cada dia, o Sol nasce e, marcando o fim desse dia, se põe. A esse fenômeno se chama *nascere* e *perire* do Sol, mesmo modernamente com o conhecimento de que não é este astro mas a Terra que está se movimentando de modo a receber luz de acordo com esse movimento. A questão é que da perspectiva sensível dos homens, é o Sol que aparece e desaparece, inaugurando e pondo fim a cada dia. Um novo dia, um novo Sol, que

nasce, se põe e, sucessivamente, nasce de novo e se põe, dando continuidade à vida. Aquele que morre não tem a experiência de um novo Sol, foi-se o seu último. Nesse sentido, a pluralidade de sóis simboliza a vida, que perdura. De forma análoga, na montagem de uma animação, ou mesmo de um filme, muitas vezes se faz uso de recurso similar para alcançar a representação imagética da passagem do tempo, ou da vida, por meio da repetição, muitas vezes sequencial, de imagens do nascer e do pôr do Sol.

Assim, a flexão de *soles* no plural remete àquela ideia de que a vida passa, de que os dias passam, enquanto, em oposição, a flexão de *nox* no singular aponta para aquele discurso de que a morte é certa e quando menos se espera encerra a jornada dos homens. Eis o tema da efemeridade da vida figurativizado também na flexão nominal: o plural representa o passar dos dias que se seguem um ao outro, a passagem ininterrupta da vida, e o singular, a implacabilidade certa da morte, que é uma só.

Interessante notar que vida e morte também são temas figurativizados nesse trecho, respectivamente, nos termos *soles/lux* e *nox*; mas é o engendramento dessas figuras no discurso poético que manifesta concretamente no poema o tema, que se destaca, da efemeridade da vida.

A partir dessa leitura, feita em observância às coerências internas do próprio texto e compreendida como pressuposto, volte-se às traduções transcritas acima. Garrett traduz *soles* como “o sol” no singular, enquanto Oliva Neto e Thamos optam por manter o plural, empregando a forma “sóis”. Interessante observar que, muito embora o emprego do plural de *soles* no texto latino se revista de um *valor*, e sendo assim, em uma tradução, que se aproxime da noção de equivalência proposta no presente trabalho no sentido de buscar preservar as relações de oposição percebidas no original, se espere verificar a reprodução da oposição plural *vs.* singular em “sóis” e “noite” como ocorre em Thamos e Oliva Neto, a escolha de Garrett de traduzir “sol” no singular, não preservando essa oposição significativa, não implica em apagamento do tema da efemeridade da vida no poema em português. Em outras palavras, ainda que essa construção do discurso figurativo não tenha sido mantida, a tradução de Garrett em língua portuguesa não deixa se apresentar como um poema sobre a efemeridade da vida.

Por outro lado, tomando o texto de Catulo enquanto signo do sistema semiótico da Literatura Latina, a preservação do plural de *soles* na tradução parece ganhar uma outra importância. Dessa perspectiva mais ampla, o texto de Catulo é revestido de um *valor* puramente diferencial a partir das relações de oposição que estabelece com os demais textos

⁴¹ Tradução de referência: “Os sóis podem se pôr e voltar;/Para nós, quando a breve luz se põe de uma só vez,/Uma noite eterna deve ser dormida.”.

que com ele compõem a mesma semiótica da Literatura Latina, como por exemplo o texto de Virgílio e o de Horácio. Assim, o *valor* do texto de Catulo é aquilo que o distingue dos demais, que o distingue enquanto signo dessa dada semiótica.

Como já exposto, a leitura dos manuais de Literatura Latina permite constatar que há características que marcam a poesia de Catulo, dentre elas: a técnica e a sofisticação no trabalho com a linguagem. Mais especificamente, os estudiosos da literatura latina ressaltam como característica da poesia de Catulo o uso de figuras, como chama Cardoso (2011 p.59), ou de imagens, nos termos de Conte (1999, p.151). Essas características constituem o texto de Catulo enquanto signo. Em outras palavras, distinguem o texto de Catulo dentre os demais que com ele integram o sistema semiótico da Literatura Latina, isto é, essas características compõem o *valor* de que se reveste o texto de Catulo.

A forma *soles* no plural, como já se explicitou, carrega uma representação concreta da passagem do tempo que, quando se traduz por “sol” no singular, como no texto de Garrett, é perdida. Nesse sentido, se o texto de Catulo se distingue pela sofisticação no trabalho com a linguagem, com destaque para o uso de figuras, ou imagens, a manutenção do plural na forma “sóis” aponta para uma tradução que, compreendida como a busca por um equivalente, considera não só o texto como sistema, mas como signo de uma semiótica mais ampla.

Vale insistir que se reconhece que há outros elementos pertinentes que poderiam ser explorados na análise das traduções selecionadas. Por outro lado, a preocupação desse capítulo não foi esgotar todos os aspectos, mas, ainda que elegendo apenas um ou dois, demonstrar um encaminhamento de aplicação da discussão teórica proposta no presente trabalho na reflexão sobre a tradução de textos clássicos. A ideia é que, ainda que se foque apenas em um aspecto do texto como o metro ou uma flexão nominal, se volte para esse aspecto não isolado, mas como um elemento em relação, que se define negativamente, e se reveste de um *valor* tanto da perspectiva do texto como uma totalidade que em si encerra relações próprias entre seus termos, quanto da perspectiva do texto como uma totalidade que se relaciona com outros textos-totalidade dentro de uma dada semiótica. Isso significa que ainda que, no processo tradutório, se eleja um aspecto do texto, a busca pela equivalência, desse único aspecto, envolve a compreensão do texto como um todo em si mesmo (sistema) e como um todo em relação (signo).

O percurso empreendido em cada uma das análises de apresentar o autor, sua obra, o texto latino, prosseguir à tradução de referência e, então, às traduções propriamente ditas para proceder à análise do texto latino e da atividade tradutória, é um modelo de encaminhamento que se propõe para a sala de aula em que se tenha como objeto pensar a tradução de textos

latinos. Esse percurso, ao apresentar inicialmente o autor, sua obra e características de acordo com os tratados de Literatura Latina, permite a compreensão daquilo que distingue o texto de um autor em relação aos demais, isto é, a compreensão do *valor* de que se reveste o texto desse autor enquanto signo da semiótica da Literatura Latina. Tendo essa base, apresenta-se o texto latino selecionado, de modo que a perspectiva daquele texto enquanto sistema também seja observada. Na sala de aula, então, a ideia é que o exercício da tradução de referência seja proposto ao aluno e, feito isso, que traduções propriamente ditas sejam apresentadas de modo a promover uma discussão sobre as escolhas dos tradutores, tendo como base os preceitos teóricos da teoria da linguagem.

Para além disso, seja qual for a concepção de tradução com que se trabalhe em sala de aula, ainda que não coincida com concepção adotada no presente trabalho, compreende-se que um percurso como esse pode ser bastante pertinente para compor a discussão sobre o processo tradutório com o especialista em formação. Afinal, como já exposto nos capítulos anteriores, é preciso muito mais do que um bom dicionário e uma boa gramática para efetivamente ler e traduzir textos latinos. Além disso, não se pode perder de vista que a tradução dos textos clássicos latinos é uma importante forma de conservação e transmissão da herança linguística, literária e cultural legada pela civilização romana. Nesse sentido, traduzir envolve se debruçar sobre o texto objeto de modo que o resultado desse processo possa, com vistas à ampliação do acesso à Cultura Clássica àqueles que não dominam o idioma, aproximá-los, o mais possível, desses autores e suas obras que, conforme observa Lima (2000, p.8), constituem à humanidade “alguns dos documentos mais representativos da sua capacidade criadora”.

5. Conclusão

Os conhecimentos fornecidos pela teoria moderna da linguagem não permitem ignorar, na medida em que atestam, a compreensão do latim como língua materna e dos textos legados pelos antigos romanos como objetos de significação, únicos na forma de expressar a cultura a qual pertencem. É a partir desse entendimento que se afirma que *o latim é uma língua viva do passado* e que os textos deixados como herança linguística e cultural por seus falantes legítimos constituem documentos dessa condição de língua de um povo, “cuja enunciação se deu há cerca de vinte séculos” (DEZOTTI, 1992, p.30).

Com vistas à ampliação do acesso à Cultura Clássica para aqueles que não dominam a língua latina e que, por essa razão, estariam fadados a sofrer a perda irreparável, anunciada por Lima (2000, p.8), decorrente do desconhecimento desses textos, e da visão de mundo que carregam, o especialista em língua e literatura latinas pode escolher se dedicar à tradução, meio privilegiado entre línguas e culturas. Esse é um tema bastante debatido, em especial entre os estudiosos de clássicas: questiona-se a possibilidade de traduzir; há aqueles que defendem que traduzir e criar devem ser compreendidos como a mesma coisa, sob a justificativa de que não há como um texto numa determinada língua reproduzir com fidelidade um texto escrito originalmente em outra por diferentes razões. Percebe-se que tantas são as questões, mas pouco se buscam respostas na linguística moderna, ainda que a tradução seja, reconhecidamente, um fato de linguagem, ou uma operação entre línguas.

Estendendo para o tema da tradução a necessidade, enfatizada por Lima (1995, p.30), de se rever os conhecimentos de modo a confrontá-los com novos princípios fornecidos pela ciência, o presente trabalho procurou refletir sobre questões que envolvem a tradução, e que intrigam os estudiosos da linguagem verbal desde a antiguidade, como Cícero, por exemplo, confrontando-as com os ensinamentos fornecidos pela linguística moderna, em especial de base estrutural. Considerando o contexto específico de formação dos latinistas, inserida em geral nos Cursos de Letras, cuja grade curricular contempla esse instrumental teórico, acredita-se que aproveitar esses conhecimentos para encaminhar discussões sobre a tradução de textos clássicos latinos em sala de aula pode trazer resultados bastante satisfatórios.

Partiu-se da concepção de tradução como “a atividade cognitiva que opera a passagem de um enunciado dado em outro enunciado considerado como equivalente” (GREIMAS e COURTÈS, 2013, p.508), ou nas palavras de Brodsky, recuperadas por Lima (2003), como “a procura de um equivalente” (BRODSKY, 1994, p.86). Nesse percurso, as noções de língua, texto, sistema e valor, fornecidas pela teoria moderna da linguagem, sobretudo por Saussure e

Hjelmslev, ganharam relevância. Destacou-se, sobretudo, a compreensão da noção de equivalência em tradução à luz do conceito saussuriano de *valor* e procurou-se demonstrar que tal compreensão permite desfazer a confusão, que muitas vezes se faz, entre equivalência e igualdade. A procura de um equivalente não indica a procura por um igual, nem por um substituto. O tradutor que se proponha buscar equivalência, nessa concepção, é aquele que procura preservar, no texto da língua de chegada, as diferenças significativas que singularizam o texto-fonte, observando-o tanto como sistema quanto como signo.

Vale destacar que, apesar da constatação inicial de que, conforme se pode observar a partir de Fernandes (2017), a maioria dos trabalhos sobre tradução desenvolvidos na Área de Clássicas focam em questões referentes à literariedade do texto clássico – constatação esta que inclusive justificou a pertinência da proposta de se empreender uma reflexão sobre a tradução de textos clássicos que se pautasse de modo mais aprofundado na teoria linguística – aquelas questões não foram deixadas de lado. Isso porque a proposta do presente trabalho não visa afastar as questões referentes à literariedade, mas trazê-las à reflexão de modo a agregar os conhecimentos fornecidos pela linguística moderna e pelos estudos literários, na medida em que língua e uso se pressupõem, e que a literatura se constitui, assim como a língua, um sistema de significação. Mesmo porque é importante lembrar ainda que na Área de Clássicas especificamente, língua e literatura estão sempre em confluência, na medida em que o acesso à língua latina se dá justamente por meio dos textos escritos legados por seus falantes naturais, que documentam um uso específico da língua dos antigos romanos: marcado pelo labor estilístico, poético, retórico, a compor o que se convencionou chamar de Literatura Latina.

Nesse sentido, acredita-se ser importante “que não se pratiquem cortes drásticos entre conhecimentos de poética e conhecimentos de língua” (Lima, 1995, p.14), seja no estudo da língua latina, como a que se refere Lima, seja no estudo da tradução de textos clássicos latinos. Sobre essa questão, vale a leitura do seguinte trecho de Fiorin (2006, p.9):

De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos linguísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro, não pode o linguista ignorar a literatura, porque ela é a arte que se expressa pela palavra; é ela que trabalha a língua em todas as suas possibilidades e nela condensam-se as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época. (FIORIN, 2006, p.9).

É importante dizer ainda que em prol de um esforço teórico para dar conta do tema da tradução como se propunha, recorreu-se a diversos autores da teoria moderna da linguagem, a

maioria deles alinhados quanto a sua concepção de linguagem, mas, reconhece-se, não todos. Greimas e Eco, por exemplo, dois autores a que se recorreu em especial na discussão sobre leitura, apresentam concepções diferentes de linguagem. No entanto, fato é que ainda que existam essas divergências, os estudos trazidos à discussão não se revelam contraditórios, pelo contrário, se complementam em convergência quanto ao tópico abordado, sem implicar uma incoerência teórica.

Por fim, esclarece-se, mais uma vez, que o presente trabalho não almejou ser prescritivo, ou seja, dizer o que é certo ou errado em tradução. A reflexão aqui proposta buscou, sobretudo, enriquecer a discussão sobre tradução na Área de Clássicas, adotando um percurso teórico que se alinha a uma proposta mais ampla de atualização dos Estudos Latinos que vem sendo desenvolvida pela Área de Latim do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, câmpus de Araraquara.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, F. *Lírica e Lugar Comum: Alguns temas de Horácio e sua Presença em Português*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin Language*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008.

AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

ARROJO, R. A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne. In: *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BANDEIRA, Manuel. A versificação em Língua Portuguesa. In: _____. *Seleção de Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.533-557.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Nacional - EdUSP, 2005.

BILAC, O. e PASSOS, G. *Tratado de versificação*. Edição Eletrônica: Projeto Livre, 2014.

BRITTO, P. H. *A tradução literária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Tradução e criação*. Cadernos de Tradução (UFSC), n IV, 1999, p. 239-262.

BRODSKY, J. O filho da civilização. In: *Menos que um*. Trad. Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia Das Letras, 1994.

CAIROLI, F. P. *Marcial Brasileiro*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAMPOS, H. Da Tradução como Criação e como Crítica. In: *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CÂNDIDO, A. Direito à Literatura. In: *Vários escritos*. 4ªed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

CATFORD, J. C. *Uma Teoria Linguística da Tradução*. Trad. Centro de Especialização em Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

CATULO. *O livro de Catulo*. Tradução, Introdução e Notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: EdUSP, 1996.

CATULLE. *Poésies*. Texte établi et traduit par Georges Lafaye. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

CONTE, G. B. *Latin Literature: a history*. Translated by Joseph B. Solodow. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

DEPECKER, Loïc. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Tradução: Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes: 2012.

DEZOTTI, J.D. *O epigrama latino e sua expressão vernácula*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. *O papel do texto-documento*. In: LIMA, A. (Org.) et al. *Latim: da fala à língua*. Araraquara: UNESP, 1992.

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FARIA, Ernesto. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Garnier, 2003.

FERNANDES, T. *A Literatura Latina no Brasil: uma história de traduções*. Florianópolis, 2017. 210f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. (Org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B. e SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou Discurso?*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. (Org.) *Introdução à Linguística: Objetos teóricos*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2013.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *Ensaio linguísticos*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Debates).

HOUAISS, A., & Villar, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. I. Blikstein e J. P. Paes. São Paulo: Cultrix, 2003

LARA, G. M. P. *A produtividade da noção de isotopia na construção de sentidos do texto*. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos.. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. 1ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008, v. 1, p. 15-27.

LIMA, Alceu Dias. Nada pode substituir a língua materna. In: BARROS, D.; FIORIN, J. L. (Org.). *A Fabricação dos Sentidos: Estudos em Homenagem a Izidoro Blikstein*. São Paulo: Editora Paulista: Humanitas, 2008.

_____. e THAMOS, M. Verso é pra cantar: e agora, Virgílio? *Alfa: revista de linguística (UNESP)*, São Paulo, v. 49(2), p. 125-132, 2005.

_____. Possíveis correspondências expressivas entre latim e português: reflexões na área da tradução. *Revista Itinerários*, Araraquara, SP, número especial, p.13-22, 2003.

_____. Memorial - Concurso para obtenção de cargo de Professor Titular. Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara, [2000].

_____. *Uma estranha língua?: questões de linguagem e de método*. São Paulo: Edunesp, 1995.

_____. (Org.) et al. *Latim: da fala à língua*. Araraquara: UNESP, 1992.

LONGO, G. *Ensino de Latim: reflexão e método*. Araraquara, 2011. 248f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

_____. *Ensino de Latim: problemas linguísticos e uso de dicionário*. Araraquara, 2006. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2008.

MARTIAL. *Épigrammes*. Paris: Les Belles Letres, 1969.

MATOS, G. de. *Poemas escolhidos*. Seleção e organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.

NUNES, P. Á. Por uma abordagem enunciativa da tradução. *Conexão Letras* (UFRGS), Porto Alegre, n.7, vol.7, 2012, p.37-46.

ORDINE, N. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Trad. Luiz Carlos Bombassaro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PAES, J. P. *Tradução, a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO, J.B.T. Um conceito de equivalência na expressão vernácula da poesia latina. *Revista Organon* (UFRGS), Porto Alegre, nº 27, 1999, p.147-158.

PYM, A. *Teorias Contemporâneas da Tradução: uma abordagem pedagógica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 25a ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

_____. *Escritos de Linguística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução: Carlos A. L. Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, C. U. de C. e SEIDEL, V. F. *Noção de Valor e/na tradução: um problema de Linguística Geral?* In: *Revista Prolíngua*, vol. 11, nº02, 2016, p. 80-91.

THAMOS, M. *A palavra artística: um enigma concreto*. *Revista Alere*, Tangará da Serra, v. 10, n.02, p.157-177, 2014.

_____. *As Armas e o Varão: leitura e tradução do Canto I da Eneida*. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. *Catulo e a figuratividade poética ou um pequeno drama lírico em três atos*. In.: PIRES, A. D.; FERNANDES. M. L. O. (Org.). *Matéria de poesia: crítica e criação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

_____. *Língua Mãe*. In: *Revista Neomundo*, São Paulo, p. 19, maio, 2008.

_____. *Figuratividade na poesia*. Itinerários, Araraquara, n. especial, p. 101-118, 2003.

VIEIRA, B. V. G. *FARSÁLIA, de Lucano, cantos I a IV: prefácio, tradução e notas*. 2007. 340 p. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

VOLLI, U. *Manual de Semiótica*. Trad. Silva D. C. Reis. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VENUTI, L. *A invisibilidade do tradutor*. Trad. Carolina Alfaro. In: *Palavra*. Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio, 1996, p. 111-134.